



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
*CAMPUS* UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**ELIETE DE SOUSA ANDRADE**

**O QUE AS LÍDERES EVANGÉLICAS PENSAM SOBRE O FEMINISMO?**  
Um estudo de caso sobre as líderes evangélicas das igrejas pentecostais do Brasil

**TERESINA**  
**2019**

ELIETE DE SOUSA ANDRADE

**O QUE AS LÍDERES EVANGÉLICAS PENSAM SOBRE O FEMINISMO?**  
**Um estudo de caso sobre as líderes evangélicas das igrejas pentecostais do Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Olívia Perez.

ELIETE DE SOUSA ANDRADE

**O QUE AS LÍDERES EVANGÉLICAS PENSAM SOBRE O FEMINISMO?**  
**Um estudo de caso sobre as líderes evangélicas das igrejas pentecostais do Brasil**

Aprovado no dia: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Olívia Perez**  
Presidente da Banca – Orientadora  
Universidade Federal do Piauí

---

**Prof. Dr. Raimundo Santos Batista Júnior**  
(Membro Interno à Instituição)

---

**Profa. Dra. Rute Irene Cláudio Crispim**  
(Membro Externo a Instituição)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres Cristãs que sofreram ou sofrem de algum tipo de Violência.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus Pais, José Nunes de Andrade e Maria Elizete de Sousa Andrade que me proporcionou a oportunidade de executar minha vida e Graduação. Aos meus Amores da minha vida, Joara Andrade e Jussara Andrade, como vocês são especiais. Vocês me ajudaram muitas vezes nos momentos difíceis acadêmicos, superando o limite da distância, Amo muito vocês. A Deus por todas as ofertas realizadas em nossas vidas, pois sem o Senhor, tudo teria sido mais difícil. Meu agradecimento à minha orientadora Olívia Perez, pela dedicação, paciência e orientação que me ajudou na realização desse trabalho. A todos os Professores que compoem o Curso de Ciência Política da UFPI. Agradeço a Universidade Federal do Piauí que para mim, é um orgulho ser formanda dessa instituição de Ensino Federal.

O meu muito Obrigada, aos meus amigos que investiram em mim, acreditaram e sonharam com esse dia. Hoje, mesmo muitos distantes, permanecem bem perto do meu coração. Sem a motivação de todos e a contribuição de muitos, nem consigo imaginar como teria sido. A palavra de Deus diz em Mateus 20:1-16: Jesus afirma que qualquer operário que aceita o convite para o trabalho na vinha, não importa o quão tarde do dia, receberá uma recompensa igual com aqueles que foram fiéis por mais tempo. É com base nessa parábola que agradeço a Nairaliny Cruz pela oportunidade de me ensinar o valor de uma amizade saudável. E agradeço ao Amor que surgiu em meio ao companheirismo, amizade, palavras de conforto, as buscas na universidade, obrigada Mauro Sergio Silva Veras, por me proporcionar todos os cuidados que precisei nessa tarefa que não é fácil, e nem poderia ser, pois a emoção de chegar ao fim e dizer “ Eu terminei, Eu consegui”, não tem preço.

Enfim, Meu Muito Obrigada a todos!!!

*“O primeiro método para estimar a inteligência de um governante é olhar para os homens  
que tem à sua volta”.*  
***Maquiavel***

## RESUMO

Andrade, Eliete. **O que as líderes evangélicas pensam sobre o feminismo? Um estudo de caso sobre as líderes evangélicas das igrejas pentecostais do Brasil.** 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso - (Bacharelado em Ciência Política). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2019.

Tendo em vista que a pesquisa sobre feminismo no meio evangélico possui poucos trabalhos, a pesquisa se baseia no Feminismo e Protestantismo, a fim de identificar o que pensam as líderes evangélicas pentecostais sobre o feminismo. Para tanto é necessário analisar quais as implicações do feminismo para as mulheres evangélicas, e se há influência do feminismo no meio evangélico. Realiza-se, então uma pesquisa por meio de um estudo de caso do protestantismo. O material foi coletado do Youtube e de matérias de entrevistas realizadas em sites de notícias, tais como: Uol, blog e acervo de ministrações de congressos cristãos. Nos resultados da pesquisa constatou-se que as líderes evangélicas não veem com bons olhos o movimento feminista para mulheres cristãs, porque divergem dos ensinamentos bíblicos as quais elas devem seguir. Também percebemos que mulheres cristãs buscam o feminismo como forma de refúgio e apoio, assim como, a busca por igualdade entre homens e mulheres cristãs, o que impõe a constatação de que em parte, as líderes evangélicas pentecostais associam o feminismo radical como única forma do movimento feminista, enquanto as mulheres que já fizeram parte de movimentos feministas antes de se tornarem cristãs, conseguem ver o feminismo em sua essência e incluí-lo de forma saudável no meio cristão.

**Palavras-chave:** feminismo, evangélicas, protestantismo.

## **ABSTRACT**

Andrade, Eliete. **What do evangelical leaders think about feminism? A case study on the evangelical leaders of the Pentecostal churches in Brazil.** 2019. 58 f. Course Completion Work - (Bachelor of Political Science). Federal University of Piauí. Teresina, 2019.

Considering that the research on feminism in the evangelical environment has few works, the research is based on Feminism and Protestantism, in order to identify what the Pentecostal evangelical leaders think about feminism. To do so, it is necessary to analyze the implications of feminism for evangelical women, and if there is feminism's influence in the evangelical environment. A survey is then conducted through a case study of the Protestantism section. The material was collected from Youtube and from interview materials conducted on news sites. The results of the survey found that evangelical leaders do not welcome the feminist movement for Christian women because they differ from the biblical teachings they must follow. We also perceive that Christian women seek feminism as a form of refuge and support, as well as the search for equality between Christian men and women, which implies that in part the Pentecostal evangelical leaders associate radical feminism as the only form of feminist movement, while women who have already been part of feminist movements before they become Christians, they can see feminism in its essence and include it in a healthy way in the Christian milieu.

**Keywords:** feminism, evangelical, protestantism.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. FEMINISMO E PENTECOSTAIS .....	11
2.1. História do Movimento Feminista .....	11
2.2. Três Ondas do Movimento Feminista .....	14
2.3. Feminismo Liberal .....	17
2.4. Feminismo no Brasil .....	23
3. HISTÓRIA DO PROTESTANTISMO NO BRASIL .....	28
3.1. Papel da Mulher nas Igrejas do Brasil.....	31
3.2. A Construção da Identidade da Mulher Pentecostal .....	34
4. FEMINISMO ENTRE AS MULHERES: O QUE AS LÍDERES EVANGÉLICAS PENSAM SOBRE O FEMINISMO? .....	44
4.1. Aspectos Metodológicos do Estudo .....	44
4.2. Perfil das Líderes Evangélicas .....	44
4.3. Pensamento das Líderes Evangélicas sobre Feminismo .....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> 54
REFERÊNCIAS .....	555

## 1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é o feminismo entre mulheres evangélicas protestante. As mulheres participam ativamente da vida eclesial desde a Reforma Protestante no século XVI. Proibidas de exercerem o ministério pastoral, as mulheres reformadas não se contentaram apenas com o seu papel de fiéis na congregação. Muitas se destacaram como professoras da Escola Dominical, missionárias e ativistas filantrópicas. No início do século XIX, as ideias feministas também atingiram as mulheres protestantes europeias e norte-americanas, e muitas delas com serviços prestados e efetiva liderança nas comunidades passaram a lutar pela emancipação feminina e a igualdade de espaço administrativo no interior da igreja, onde as instâncias de poder e o saber teológico eram apanágio do gênero masculino (SILVA, 2015).

Percebe-se em nossa sociedade contemporânea que através da Revolução Feminista iniciada no final do século XIX e início do século XX, as mulheres aos poucos e progressivamente têm transitado e ocupado lugares anteriormente não frequentado por elas. A luta pela igualdade dos direitos sociais, econômicos e políticos tem colocado através das políticas públicas específicas, as mulheres em posições antes permitidas apenas para os homens. De acordo com Santos (2009), o movimento feminista trouxe mudanças significativas no modo de vida das mulheres de forma a suavizar as desigualdades entre os sexos. Segundo a autora, na busca da independência e reconhecimento, umas das consequências geradas pela luta foi o estresse, a fadiga e exaustão.

A pesquisa sobre o feminismo no meio evangélico justifica-se pelo pouco número de trabalhos existentes na área. Os estudos sobre o protestantismo no Brasil teve início a partir de 1955, porém, as pesquisas a respeito das mulheres protestantes ainda são poucas. Em consulta ao Portal de Periódicos da Capes foram encontrados 179 trabalhos. Nenhum deles aborda especificamente o tema sobre feminismo no meio evangélico. O Problema de pesquisa partiu da interrogação “O que pensam as líderes evangélicas sobre o feminismo? Investigou-se o pensamento e posicionamento das Líderes Cristãs: Helena Tannure, Líder de ministério de mulheres; Francine Walsh, Líder do ministério Graça em Flor; Carolyn McCulley Escritora e Ex-feminista; Ana Caroline Campagnolo, Deputada estadual de Santa Catarina. A escolha dessas mulheres se deu devido a sua evidência nacional, as quais aparecem constantemente na mídia, sendo em entrevistas ou em canais de comunicação. O foco é descobrir se o movimento feminista ocupa algum espaço no meio das líderes evangélicas e se há

contribuição do pensamento feminista entre as líderes pentecostais para que haja um maior número de papéis de lideranças exercidas por mulheres.

A hipótese levantada é que líderes evangélicas das igrejas pentecostais no Brasil se inspiraram no movimento feminista para lutar pela igualdade nos papéis de liderança perante a sociedade e nas comunidades cristãs as quais fazem parte, podendo assim exercer seus ministérios, seja de ordem oficial (no caso dos cargos de liderança) ou espiritual, abrangendo assim, seu crescimento e reconhecimento de seu papel em nível nacional e internacional.

Por conseguinte, o objetivo geral deste estudo foi identificar o que pensam as líderes evangélicas sobre o feminismo. Os objetivos específicos foram: Analisar utilizando a pesquisa bibliográfica, quais as implicações do feminismo para as mulheres na atualidade e conhecer o Movimento feminista em seu contexto histórico. Em relação ao tipo de pesquisa utilizado neste trabalho, inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica, visto que, o material utilizado como base nas citações, foram materiais já publicados, como livros, dissertações, artigos, teses, vídeos do Youtube e entrevistas cedidas a site de notícias (GIL, 2008).

Foram analisados dois vídeos e duas entrevistas. A utilização da análise do pensamento dessas líderes dá-se uma perspectiva ampla do pensamento geral das mulheres que as seguem, isso porque, sendo os ministérios nacionais, não existe uma denominação as quais elas pertencem. Quanto à abordagem do objeto, esta pesquisa será de abordagem qualitativa, na qual, segundo Beuren (2008, p. 92), “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”.

No que se refere à estrutura, a pesquisa está dividida em introdução, três capítulos, análise das entrevistas e considerações finais. O primeiro capítulo refere-se ao feminismo no Brasil, aborda-se o surgimento histórico do feminismo, os principais conceitos sobre feminismo segundo diversos autores. Posteriormente há o segundo capítulo, o qual abordará sobre pentecostalismo e o papel das mulheres nas igrejas do Brasil. Segue a análise das líderes evangélicas sobre o feminismo. Por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas que fundamentaram a base teórica da presente pesquisa.

## 2. FEMINISMO E PENTECOSTAIS

Neste capítulo apresenta-se a história do movimento feminista, as três ondas do movimento e a inserção deste movimento no Brasil para melhor compreensão da evolução do movimento feminista na história e no Brasil, assim como, conhecer as conquistas e a evolução da mulher em cada fase desses processos. Também se apresenta a história do movimento pentecostal e sua inserção no Brasil. Assim, é possível entender a evolução desses dois fenômenos históricos e como eles ajudaram as mulheres contemporâneas a crescerem no meio social e se destacarem em papéis de lideranças como na política, nos cargos de altos escalões e até na igreja cristã pentecostal em meio ao conservadorismo.

### 2.1.História do Movimento Feminista

O conceito de feminismo, de acordo com Soares (1994), é entendido como a ação política das mulheres, englobando teoria, prática e ética. A autora reconhece as mulheres, historicamente, como sujeitos da transformação de sua própria condição social. Esse movimento propõe que as mulheres transformem a si mesmas e ao mundo, expressando-se em ações coletivas individuais e existenciais, seja na arte na teoria e na política (ALVES; ALVES, 2013).

O movimento feminista teve origem nos Estados Unidos na década de 60 (sessenta), e logo depois, alastrou-se pelos países do Ocidente. Sua principal proposição era a libertação da mulher e não apenas a sua emancipação. Desta forma, é válido ressaltar que há diferenças entre esses dois termos. (ALVES; ALVES, 2013).

Segundo Ferreira (2001), emancipação significa tornar-se independente e desfrutar dos direitos civis, ideias que concordam com o posicionamento de Betto (2001) quando afirma que,

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Libertar-se é querer ir mais adiante, [...] realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente [...] (BETTO, 2001, p. 20).

A mulher sempre foi classificada, desde os primórdios, pelas óticas biológica e social, sendo estas determinantes para a compreensão da desigualdade de gênero, cuja preconização se detém baseada no discurso que se reproduz na valorização de um sexo sobre o outro (DAMASCO, 2009).

Segundo Pinto (2009), a partir das últimas décadas do século XIX na Inglaterra, no qual mulheres se revoltaram contra sua condição social e organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo o primeiro deles o direito ao voto, conquistado pelo movimento das sufragistas em 1897. As sufragistas tornaram-se conhecidas em Londres pelos diversos movimentos e manifestações sociais em defesa dos direitos das mulheres, principalmente das mulheres da elite e brancas, não era um movimento para todas as mulheres. Além da luta pelo direito ao voto as sufragistas denunciavam a exclusão das mulheres na vida acadêmica e na esfera pública. É nesse período que Simone de Beauvoir escreveu o livro *O Segundo Sexo*, sendo este, um marco para se pensar as questões femininas (PINTO, 2009).

No século XX, com o advento da Revolução Industrial o movimento feminista ganha um novo olhar, e esse período são conhecidos como a segunda fase do Movimento Feminista. Nesse momento as reivindicações estão voltadas ao campo da cidadania, igualdade, emancipação e gênero. É nessa fase que o Movimento Feminista ganha visibilidade acadêmica e várias produções literárias, passando a buscar novas conquistas visualizando novos horizontes (PINTO, 2009). Também é nesse período que se compreende a ideia de gênero como uma construção cultural, assim, legitimando os ideais feministas na crença de que a dominação do masculino é consequência de uma construção cultural, portanto, através de estudos com o tempo teríamos o fim da dominação masculina (LEVATTI, 2011).

Nesse cenário, outros direitos ganham destaque: o planejamento familiar, o direito ao uso dos contraceptivos, o cuidado com os filhos através das creches e luta contra a violência contra mulher (SOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000).

Para Pinto,

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2009, p.16).

Foi em 1949 que Simone de Beauvoir publicou a obra *O Segundo Sexo*, na qual a autora aborda o início da opressão feminina e analisa o desenvolvimento psicológico da mulher bem como as condições sociais que interferem em seu comportamento. No ano de 1963, Betty Friedan lança a *Mística Feminina*, no qual retoma as ideias de Beauvoir e relata a opressão contra a mulher na sociedade industrial. É a partir dessas novas ideias que o feminismo se expande pelo mundo e se inicia um período de movimentos sociais feministas (ALVES & ALVES, 2013).

Betty Friedan, em seu livro *a Mística Feminina* analisa minuciosamente a construção da imagem da mulher como dona de casa perfeita, mãe e esposa. Tornou-se um dos principais desencadeadores da chamada segunda onda feminista. A ideia do livro surgiu após um encontro com suas antigas amigas de colégio. Naquele momento ela comprovou que suas antigas amigas estavam insatisfeitas com suas vidas de domésticas, enquanto ela já havia se separado de Carl Friedan a qual se divorciou em 1969. O "problema mal formulado" ou "mal sem nome" que acometia mulheres, em especial as casadas, nas décadas de 50 e 60, tornou-se perceptível para Friedan. Ela entrevistou várias mulheres a respeito de suas dificuldades com os filhos, o casamento, a casa, a comunidade. Segundo ela, os ecos do problema podiam ser ouvidos em dormitórios universitários, enfermarias de maternidades, reuniões de pais e mestres, almoços da Liga das Mulheres Votantes, coquetéis, carros à espera de trens. O problema ultrapassava classes sociais, idades, credos e etnias. As inquietações manifestas por pessoas de várias idades, classes sociais e credos lhe tocaram primeiramente como mulher, para mais tarde se fazerem perceber como problemas psicológicos e sociológicos (DUARTE, 2006, p. 287).

Friedan decidiu apontar seu livro a "mística feminina" como causa maior de todos esses problemas que precisariam ser encarados de maneira séria pela sociedade:

[...] O problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo ferve a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. Para as mais velhas, produtos da classe média, nenhum outro sonho seria possível. As de quarenta ou cinquenta anos, que quando jovens haviam feito outros planos e a eles renunciado, atiraram-se alegremente na vida de donas-de-casa. Para as mais moças, que deixaram o ginásio ou a faculdade para casar, ou passar algum tempo num emprego sem interesse, este era o único caminho. Eram todas muito "femininas" na acepção comum da palavra, e ainda assim sofriam do mal (FRIEDAN, 1971, p.27).

Em seu livro, ela analisa como as mulheres americanas estavam se casando cada vez mais jovens e iam cada vez menos à universidade. As mulheres viam esses problemas, quase sempre como falhas, e isso provocava Friedan, pois sempre se perguntava como se sentir uma mística encerrando o chão. É nesse ponto que Friedan não consegue ajustar o papel de

feminilidade ao papel de mãe e esposa, e assim define o Tal “problema sem nome”. Em 1966, foi fundada em Washington uma conferência nacional onde se constitui a organização nacional de mulheres conhecida como NOW - National Organization for Women, sendo à frente da organização Betty Friedan, a qual já se intitulava feminista (DUARTE, 2006).

Em 1969, Betty ajudou a fundar a Associação Nacional para a revogação das Leis do Aborto, hoje conhecida como Naral América Pró-Escolha (NARAL Pro-Choice America). Em 1971, com Gloria Steinem e Bella Abzug, fundou a Organização Política de Mulheres. Por esse tempo, *Mística feminina* era usada como verdadeira Bíblia pelo movimento de mulheres americanas. Como porta-voz do Movimento de Libertação Feminina, Betty Friedan endossa sem reservas que não é possível modificar o atual panorama de violência no mundo sem o concurso da mulher, que além de constituir metade do gênero humano, forma ou deforma a outra metade. Não se trata de opor-se ao homem, mas sim de que ambos, homens e mulheres, tomem consciência de sua alienação, de sua manipulação pela sociedade de consumo que os impedem de crescerem e se realizarem juntos como seres humanos ativos, felizes, úteis. Trata-se de aliar energias na tarefa de criar um mundo melhor. Trata-se de possibilitar entre eles um vínculo realmente maduro e harmonioso, em que nenhum domina o outro ou usurpa algo do outro. A militância feminista de Betty Friedan a marcou para a vida inteira e influenciou os estudos sobre gênero e mulheres nas universidades americanas. Outros escritos importantes vieram, mas nenhum alcançou a mesma repercussão de *Mística feminina*, conquistando à condição de clássico (DUARTE, 2006, p.290).

## **2.2.Três Ondas do Movimento Feminista**

O movimento feminista surgiu durante o século XIX e teve como influência a revolução francesa. Na época da revolução francesa houve mudanças significativas no olhar feminino. As mulheres da época começaram a enxergar as diferenças existentes na sociedade com relação aos homens. A partir disso, passaram a questionar os modelos sociais existentes e começaram a reivindicar igualdade política e direito civis passando-se a chamar essa época de Primeira Onda do Feminismo (PINTO, 2010).

Na primeira onda do feminismo teve como marco a luta das mulheres pelo direito de voto, as quais ficaram conhecidas como as *Sufragistas*. Esse primeiro ato aconteceu na Inglaterra, onde promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas por várias vezes e fizeram greves de fome. As mulheres lutavam por mais igualdade. Desejavam

o direito à participação na vida política, direito ao voto, ao estudo e melhores condições de trabalho. Foi neste período que as mulheres começaram a questionar o papel que era imposto a elas pela sociedade, principalmente em relação à responsabilidade pela casa e pela família como sua única função. Foi em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, que a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. Esse ato proporcionou anos mais tarde o direito ao voto, que foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010).

A segunda onda do feminismo é marcada por um período de busca mais intensa pela igualdade social e igualdade de direito, onde as mulheres passaram a questionar todas as formas de submissão e desigualdade que enfrentavam. Também fizeram parte das questões debatidas pelo movimento nessa fase as decisões sobre liberdade sexual, maternidade e direitos de reprodução. Uma das principais discussões nessa época girava em torno das opressões sofridas e do motivo de existirem tantas formas diferentes de opressão a que as mulheres eram submetidas. Foi na segunda onda que começou a surgir a ideia da coletividade, dando força a união das mulheres enquanto movimento capaz de provocar alterações na sociedade. Isso aconteceu porque as mulheres começaram a perceber que havia algo que as unia: todas, de alguma forma, já haviam sido oprimidas pelo fato de serem mulheres. Ainda nesta época as mulheres negras e lésbicas se juntaram ao movimento feminista, trazendo ainda mais força feminina, novas demandas e novas discussões para o feminismo (PINTO, 2010).

O segundo sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949 também marca a segunda onda do feminismo. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”. Outra autora que marcou essa fase da segunda onda do Feminismo foi Betty Friedan que lançou em 1963 o livro *A mística feminina* a qual se tornou a obra base do novo feminismo. Em seu livro *O segundo Sexo*, Beauvoir fala da desconstrução do mito “eterno feminino” que para ela se caracterizava através da mulher donzela ingênua, a virgem profissional, o preço do coquetismo, a caçadora de maridos, a mãe absorvente e a fragilidade erguida como escudo diante da agressão masculina. Beauvoir começa a observar a independência da mulher perante o homem, mesmo que ainda tímida devido à sua criação em meio a uma sociedade em que as mulheres tinham como destino traçado o casamento. A condição feminina naquele estreito universo forjava um novo futuro, uma nova sociedade em que o trabalho, a segurança econômica, o prestígio ou desprestígio social não seria mais relacionado ao sexo (PINTO, 2010).

Na década de 80 surgiu a terceira Onda feminista, que perdura até os dias atuais. Nessa fase, o movimento repensa as suas ações e aprofunda discussões já travadas nas



gerações anteriores, como o papel e a função da mulher na sociedade. A segunda onda foi responsável pela conquista dos direitos das mulheres, sendo assim, as feministas da terceira onda se focaram na mudança de estereótipos, nos retratos da mídia e na linguagem usada para definir as mulheres. O objetivo era conquistar o reconhecimento das diversas identidades femininas e deixar para trás a ideologia do “feminismo vítima”, aplicada ao feminismo da segunda onda (PINTO, 2010).

Em 1994, foi realizada a convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Essa convenção fazia parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O artigo 1º da Convenção define a violência contra a mulher como “*qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado*”. O artigo 6º prevê que o direito da mulher a uma vida livre de violência inclui, dentre outros, o direito de ser livre de toda forma de discriminação e o direito de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e práticas sociais e culturais baseadas em conceitos de inferioridade ou subordinação (PINTO, 2003).

A terceira Onda do feminismo nestes últimos anos tem impulsionado uma população mais jovem e questionadora dos paradigmas. Essa movimentação acontece em paralelo com a nova forma tecnológica de se comunicar em rede, que também proporciona facilidade para se buscar informações. Dentre os desafios que tem por diante as reivindicações da primeira e segunda onda persistindo no movimento atual, podemos relacionar à estrutura patriarcal e capitalista, que organiza e naturaliza as relações entre opressor e oprimido. Mesmo no feminismo brasileiro motivado por bandeiras de cunho mais radical, as pautas liberais, com foco em mudanças comportamentais e individuais muitas vezes acabam se sobrepondo. Isso porque o próprio modelo de convivência das relações norteadas por este sistema dita normas cada vez mais neoliberais e particularizadas (NASCIMENTO, 2009).

Contudo, não podemos negar a força desta onda que se propaga de uma forma ou de outra com a politização das mulheres jovens, que levantam de forma assídua o debate. Mesmo sem entender os termos conceituais, essas mulheres são feministas em sua vivência e experiência militante. As ideias de promover temáticas organizadas em coletivos, uma maneira de se fazer o debate o mais horizontal e participativo possível, permanece nos alicerces de suas organizações, eis o reflexo do feminismo da década de 1970. Naquela segunda onda, as mulheres se reuniam em grupos de reflexão, como hoje, para discutir os papéis atribuídos a elas e as dificuldades que enfrentavam por conta do domínio masculino. Por fim, esta terceira onda não deve ser entendida como uma ocasião homogênea e dada como

sublinhada nos dois movimentos anteriores. As suas prioridades são complexas e se manifestam de acordo com os lugares que ocupam (PINTO, 2009).

### **2.3.Feminismo Liberal**

O objetivo deste ensaio é expor os fundamentos de uma opinião que sustento desde que comecei a formular as primeiras opiniões sobre a mulher no meio social, e que, ao invés de ter-se enfraquecido ou modificado, vem se tornando mais forte com o desenvolvimento da reflexão e com a vivência. O princípio que regula as relações sociais entre os dois sexos: a subordinação legal de um sexo ao outro é errado e que hoje é um dos principais obstáculos ao progresso humano, e que deveria ser substituído por um princípio de perfeita igualdade onde não há poder, privilégio ou inferioridade nem de um lado nem de outro (MILL, 1970).

#### **2.3.1. Jonh Stuart Mill, Susan Moller Okin e John Rawls**

O Feminismo liberal possui sua concepção nas relações de gênero, onde sua teoria se baseia na justiça e no liberalismo igualitário. A teoria liberal será abordada devido a sociedade contemporânea começar a buscar os mecanismos de justiça e igualdade social para mudança do status quo. Este item trata da concepção do autor Jonh Stuart Mill sobre a liberdade do indivíduo e a visão sobre a sujeição da mulher, a qual Mill defende em sua época a libertação da mulher dessa sujeição aos homens. Por suas defesas chegou a ser considerado feminista. Outro autor a que utilizo sua concepção e discordância do feminismo Liberal comparando com a obra de Jonh Rawls e Stuart Mill é a feminista Susan Okin. Assim, analiso a relação entre família e justiça a partir do diálogo entre esses três filósofos políticos. Esses diálogos nos proporcionam perceber as abordagens específicas e as críticas entre ambos. Com relação a Okin sobre a obra de Rawls, a crítica e a apreciação positiva de conceitos importantes da teoria da justiça são centrais para sua posição sobre a conexão entre família e justiça.

Os estudos feministas concentraram-se em denunciar as desigualdades de gênero que atingiam a maior parte das mulheres nas mais variadas sociedades. Feministas em geral, mas principalmente, o feminismo de matriz liberal, passou a lutar pelos direitos legais e políticos das mulheres e pela justiça dos arranjos político-institucionais. O movimento pelo sufrágio universal feminino enfatizava a injustiça inerente à negação do direito de voto às mulheres e

reivindicava, principalmente, a igualdade de direitos entre homens e mulheres; depois, passou a exigir igualdade de gênero no mercado de trabalho: direitos ao mesmo salário e a iguais oportunidades. (SILVA, VENTURA, KRITSCH, 2009)

Segundo este raciocínio, a concessão de direitos plenos às mulheres poria fim à desigualdade de gênero existente. O problema que se verificou, no entanto, com a conquista de direitos políticos e trabalhistas formalmente iguais pelas mulheres, foi o de que as injustiças e desigualdades sexuais persistiam apesar da suposta proteção oferecidas pelo aparato jurídico estatal às mulheres. Percebeu-se que, mesmo onde as leis eram neutras em relação ao gênero, as mulheres permaneciam em desvantagem, como ocorria em boa parte das democracias liberais ocidentais, nas quais não havia mais proibição de atividade política às mulheres, mas elas continuavam sendo minoritárias nas posições de poder político ou de influência. (SILVA, VENTURA, KRITSCH, 2009).

Stuart Mill, filósofo liberal inglês do séc. XIX publicou em 1869, o livro a sujeição das mulheres em meio a um importante movimento histórico, no qual as mulheres reivindicavam direitos de cidadania. Mill, no primeiro capítulo de sua obra apresenta seus questionamentos sobre o fato de que apesar de o mundo ter avançado no sentido da libertação de povos escravizados, as mulheres continuavam sendo subjugadas e oprimidas pelo sexo oposto, a costume, as mulheres continuavam sendo vistas como seres inferiores e sem autonomia não só no âmbito público, mas também no âmbito privado. (OLIVEIRA, 2013).

Stuart Mill assumia a tarefa de entender o porquê de a sociedade aceitar como “natural” a situação de inferioridade da mulher diante do homem, isto é, a sujeição e o conformismo da maioria: a sociedade não questionava as razões pela qual as mulheres se mantinham sob o jugo masculino. A sujeição do gênero feminino pelo masculino era o único fator que se conservou num século de grandes transformações sociais. Quando destacamos as características sobre a condição das mulheres perante o gênero masculino, podemos dizer que tivemos muitos avanços a partir dos meados do século XX quanto à liberdade da mulher em relação ao trabalho, nas ocupações em cargos públicos, nas publicações editoriais, nas ciências, na política, até mesmo na filosofia; no entanto, nas relações privadas o comportamento dos homens diante das mulheres ainda é de posse. O sentimento ainda amarra as atitudes e o comportamento das mulheres diante dos homens. (OLIVEIRA, 2013).

Stuart Mill reivindicou reformas legais com o objetivo de emancipar as mulheres do jugo de seus maridos, e contribuiu para forjar o bordão feminista “o pessoal é político” na medida em que utiliza termos políticos quando qualifica a condição da mulher no espaço doméstico. Palavras como “escravas”, “igualdade”, “liberdade” e “justiça” foram trazidas para

o âmbito doméstico por Mill. No entanto, o autor sustenta que mesmo após as reformas legais que equiparassem maridos e esposas, o casamento deveria continuar representando uma carreira para a mulher (MILL, 1970). Porém, Mill deixa intacta a divisão de trabalho na esfera doméstica e revela uma concepção de igualdade de gênero formal à qual acredita na eficiência dos direitos legais para garantir o acesso feminino à esfera pública. A divisão do trabalho doméstico não é objeto de crítica de Mill, ao contrário, o autor afirma que a divisão tradicional é um acordo que convém tanto para homens quanto para as mulheres, sugerindo a justificativa dessa repartição de tarefas na natureza (CYFER, 2010, p.138).

A relação entre o privado e o natural está na base da interconexão entre liberalismo e patriarcalismo, e aparece mesmo em liberais considerados feministas, como Stuart Mill. O público e o privado também podem ser denominados espaço da cultura e da natureza, mas, qualquer que seja a denominação utilizada, o espaço masculino será o primeiro, e o feminino, o segundo. A identificação do feminino com a natureza teria três consequências: A primeira seria a desvalorização das atividades consideradas femininas, isso ocorre porque herdamos dos gregos o valor da superação da existência natural (PATEMAN, 1989). A segunda consequência seria considerar essa divisão inquestionável e imutável. Se for a natureza que distribui as tarefas referentes à criação dos filhos, por exemplo, os seres humanos não teriam muito a fazer a não ser adaptar-se à vida em sociedade, a distinção entre tarefas femininas e masculinas. A terceira consequência seria a distração histórica na divisão público-privado (CYFER, 2010, p.139).

Partindo da teoria liberal podemos tirar duas ideias centrais, sendo a primeira a igual dignidade entre os seres humanos e a segunda, o poder de escolha humana, julgando como habilidade de planejar sua própria vida. É a partir dessa ideia de compromisso e autonomia que se pode definir uma teoria feminista. O liberalismo tem como finalidade o bem comum e universal, sem privilégios de uns sobre outros. Esse bem-comum, jamais poderia perder de vista que o fim último da política é o bem-estar dos indivíduos. A política liberal estaria comprometida com a tolerância e com a diversidade, no sentido de que não poderia se voltar a uma forma particular de bem, fosse ela religiosa ou laica (CYFER, 2010, p. 140).

Com relação a teoria liberal feminista, quem não se encaixa perfeitamente nela é a Feminista Susan Okin. Para ela, o público e o privado são vistos como partes interligadas de um ciclo de desigualdades entre os sexos (OKIN, 1989a, p. 133). O que tem de implicações para a análise das tradições e abordagens teóricas: “a maior parte das teorias anglo-americanas da justiça é, em grande medida, sobre homens com mulheres em casa” (idem, p. 110). Apesar disso, sua adesão às premissas do liberalismo é evidente. Em suas análises da teoria da justiça

em John Rawls sobressai o entendimento de que a “posição original” e o “véu da ignorância”, dispositivos que permitiriam abstrair as especificidades dos indivíduos para a definição adequada dos critérios de justiça, são compatíveis com a crítica feminista (BIROLI, 2010).

De maneira simplificada, a defesa de que a suspensão das especificidades dos indivíduos é necessária à produção de normas equitativas é central ao liberalismo e é um pivô na teoria da “justiça como equidade”, em John Rawls. Na concepção de Okin, a presença simultânea na análise da família centrada na confrontação com a configuração liberal da oposição entre o público e o privado e, de outro lado, uma abordagem que pressupõe que a conexão entre imparcialidade e justiça é necessária para a produção da igualdade de gênero (BIROLI, 2010). A ideia de que a preservação das tradições é a expressão dos interesses de toda uma comunidade esbarra no fato de que os mais vulneráveis podem não ter nem mesmo as ferramentas para a crítica aos valores que legitimam sua submissão. Nas palavras da autora:

“aqueles a quem as estruturas de casta, de classe, de raça ou de gênero negam educação têm muito menos chances de adquirir as ferramentas para se expressar de maneira que sejam publicamente reconhecidas” (OKIN, 1989a, p. 67). É aqui onde podemos ver a relação entre público e privado, e também onde se acentua a dicotomia central da estrutura de gênero convencional familiar:

Ao discutir o que vê como incompatibilidades entre o feminismo e o multiculturalismo (OKIN, 1999), Okin voltaria a alguns dos argumentos presentes em *Justice, Gender and the Family* para afirmar, sobretudo, que a defesa da identidade cultural de grupos específicos pode ocultar (e, no limite, proteger) as injustiças internas aos grupos. O foco da autora está na relação entre as tradições, o papel de homens e mulheres para sua reprodução e as formas de dominação – e patriarcalismo – que encerram. Também aqui, a dualidade entre o público e o privado é central. É na rotina doméstica, no espaço privado, que a correlação entre tradição e dominação feminina apresentar-se-ia de forma mais forte, limitando as possibilidades de autonomia, sobretudo, das mulheres. (BIROLI, 2010, p.55).

A divisão sexual do trabalho doméstico impõe às mulheres competências que serão percebidos como deficiências em outras esferas da vida (OKIN, 1989, p. 133). A ligação entre os aspectos domésticos e não doméstico da vida é profunda e permeia todos os espaços e atividades (idem, p. 126). As formas de definir o papel da mulher em uma dessas esferas organizam suas possibilidades de vida nas outras. Assim, a responsabilidade pela gestão da vida doméstica corresponde, ao mesmo tempo, à delicadeza na vida privada em que os arranjos pactuados ou quase combinados produzem desvantagens para as mulheres, que têm

menos tempo e recursos para qualificar-se e investir em sua vida profissional, permanecendo dependentes ou obtendo rendimentos menores do que os dos homens e na vida pública em que as habilidades e afetos desenvolvidos pelo desempenho dos papéis domésticos serão desvalorizados e, em alguns casos, vistos como indesejáveis para uma atuação profissional satisfatória (BIROLI, 2010).

A discussão sobre a vulnerabilidade das mulheres no casamento é um exemplo importante de como Okin percebe a relação entre as esferas e as especificidades nos arranjos familiares. Pensar em vulnerabilidade e dependência mútua no casamento, com formas variáveis de assimetria que não correspondem com as diferenças entre os sexos. Mas há, no casamento, ao lado dessas especificidades, padrões de gênero socialmente estruturados que envolvem as mulheres no que a autora define como “ciclos de vulnerabilidade socialmente causada e distintamente assimétrica” (OKIN, 1989, p. 138).

Nas sociedades contemporâneas, a vulnerabilidade das mulheres é, em grande medida, produzida pelo casamento de que serão as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, e para fazer esse papel elas precisam manter o suporte econômico de um homem, para que, cuja a vida profissional se espera que elas deem prioridade. Elas se tornam vulneráveis pela divisão atual do trabalho dentro de quase todos os casamentos atuais. Elas têm desvantagens no trabalho pelo fato de que o mundo do trabalho pago, incluído o profissionalizado, é ainda amplamente estruturado em torno da presunção de que “trabalhadores” têm esposas em casa. De um lado, o foco na domesticidade e nos filhos não corresponde à valorização em outras esferas da vida. Por outro lado, a posição do homem como provedor inserido no contexto de valorização social do sucesso econômico (que tende a ser ainda mais destacado quando é acompanhado de uma identidade profissional socialmente valorizada), reforça seu domínio e as possibilidades de exercer constrangimento na esfera doméstica (BIROLI, 2010).

Podemos dizer que a fonte de renda do homem se desdobra em formas de valorização da mulher em casa, podendo ser na esfera doméstica ou não, enquanto o exercício de cuidado da família e do suporte à vida profissional do marido é de inteira responsabilidade da mulher, reforçando assim o pré-conceito ao qual o feminismo tenta derrubar mostrando que existem vários talentos e tendências naturais diferente em cada sexo. Podemos pensar que nas sociedades contemporâneas, o problema está menos na exclusão ou veto à participação da mulher em esferas de exercício profissional e atuação política, e mais nas formas assumidas por essa participação. O silêncio de suas perspectivas e a imposição de uma atuação “masculina” brevemente mencionada por Okin (OKIN, 1989 p. 133), expõem os ruídos entre

trajetórias e linguagens marcadas pelas experiências e valores que organizam a vida doméstica e as normas e valores que distinguem os indivíduos em sua atuação em outras esferas (BIROLI, 2010).

As expectativas convencionais sobre o papel da mulher, especialmente aquelas que definem seu valor a partir da capacidade de cuidar dos outros e de renunciar a seus interesses, podem permanecer mesmo em meio a transformações na atuação das mulheres (BIROLI, 2010). Por essas razões, a vida doméstica precisa ser justa: é impossível diferenciar as esferas privada e pública. Além disso, a delicadeza das mulheres é produzida pelos desdobramentos dos arranjos na vida privada para as chances de autodeterminação em outras esferas da vida. Nas palavras de Susan Okin:

“uma esfera importante de divisão de muitos bens sociais, dos materiais aos intangíveis, a distribuição desses bens no âmbito da família, tem sido, historicamente, muito longe de justa” (OKIN, 1989, p. 135).

Reconhecidamente, a obra de Rawls teve e continua tendo grande influência para a teoria política como um todo e para a teoria política feminista em particular. Ao conceber a justiça como uma virtude de sociedades e sistemas econômicos, ele ampliou o seu escopo que até então esteve restrito às ações individuais e às leis. Por outro lado, sua teoria da justiça como equidade gerou dúvidas em relação à inclusão das estruturas hierárquicas de gênero internas da família como parte da estrutura básica da sociedade, ou seja, como parte do “modo como as principais instituições sociais distribuem os direitos e os deveres fundamentais e determinam a divisão das vantagens decorrentes da cooperação social” (RAWLS, 1971, p.8).

Apesar de afirmar que a “família monogâmica” está entre as instituições sociais importantes, nenhuma menção é feita às desigualdades entre homens e mulheres no âmbito intrafamiliar. Nesse ponto, encontram-se grande parte das críticas feministas. Dessa forma, Rawls confere um caráter complexo à sua teoria caracterizado por uma análise da aplicação dos princípios de justiça, atentando para o seu aspecto relacional. Com isso, são abertas novas possibilidades para a construção de uma teoria feminista da justiça, uma vez que as barreiras institucionais para a concretização da igualdade de gênero são diferenciadas das condutas sexistas dos indivíduos. A crítica e a adesão de Okin à abordagem de Rawls envolvem também a defesa pela autora, da conciliação entre o recurso à imparcialidade e a crítica feminista, em busca de relações de gênero mais justa. Em Rawls, a justiça depende da suspensão de interesses e afetos ligados às diferentes posições dos indivíduos na estrutura social e do desinteresse mútuo, juntamente com a falta de conhecimento da própria posição.

Para Okin, o recurso à imparcialidade não exclui a empatia, a consideração das diferenças e o cuidado com os outros.

## **2.4.Feminismo no Brasil**

No Brasil, a primeira onda do feminismo se manifestou publicamente por meio da luta pelo voto. As *sufragetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga e cientista renomada que estudou no exterior e voltou ao Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo levado em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010).

Além de Bertha Lutz, podemos citar outras grandes mulheres que lutaram pelo voto feminino no Brasil, dentre elas, Nísia Floresta nascida no Rio Grande do Norte, republicana, abolicionista e feminista. Publica em 1835, em Recife, seu livro “Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens”, marcando a história das lutas feministas no Brasil. Esta obra foi claramente influenciada pelo livro da escritora e feminista inglesa Mary Wolstonecraft autora do “A vindication of the rights of women”, publicado em 1790. Em Manaus em 1887 foi criada a associação de mulheres Amazonenses Libertadoras lideradas por Elisa de Faria Souto, Olímpia Fonseca, Filomena Amorim, mulheres brancas da elite local, que lutaram pela libertação dos escravos. A advogada Mirtes de Campos, nascida na cidade de Macaé, no Rio de Janeiro não se conformou com os limites impostos às mulheres na sociedade vigente e brigou com sua família para estudar Direito, matriculando-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro onde concluiu o curso em 1898. Lutou ainda para ser reconhecida como advogada, o que só ocorreu oito anos após sua formatura (ALBUQUERQUE & OLIVEIRA, 2017).

Em 1922, atuou no Congresso Jurídico realizado no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Independência, sua brilhante argumentação em defesa do voto feminino conseguiu a aprovação dos presente e edição da emenda de sua autoria, por 28x4 votos: 1. A mulher não é, moral nem intelectualmente, inapta para o exercício dos direitos políticos; 2. Em face da Constituição Federal, não é proibido às mulheres o exercício dos direitos políticos, que lhes deva ser permitido. No ano de 1910, um grupo de mulheres fundou no Rio



de janeiro, o partido republicano feminino, a professora Leolinda de Figueiredo Daltro foi eleita presidente do partido. Os estatutos do partido constavam os objetivos: “pugnar pela emancipação da mulher brasileira”, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil e extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo feminino. Outra feminista foi Carlota Pereira de Queiroz formada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1926, foi comissionada pelo governo de São Paulo em 1929 para estudar Dietética Infantil em centros médicos da Europa. Além de médica e pesquisadora foi no cenário político que obteve a maior conquista feminina sendo a primeira deputada federal da História do Brasil, eleita pelo estado de São Paulo em 1934 (ALBUQUERQUE & OLIVEIRA, 2017).

Em 1970, aconteceram as primeiras manifestações feministas durante o regime militar. Em 1975, ocorreu a I Conferência Internacional da Mulher no México realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. Neste mesmo ano no Brasil, aconteceu a semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. O feminismo no Brasil se fortaleceu com o evento organizado para comemorar o Ano Internacional realizado no Rio de Janeiro sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, e com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Esse evento foi organizado com base em dois grupos informais que tinham caráter privado, quase um encontro de amigas. Foram esses grupos que se reuniram buscando o patrocínio da ONU e montando o citado evento que se tornou um marco na história do feminismo no país. Esse evento suscitou resistências por parte dos poderes constituídos conforme atesta o depoimento de uma das organizadoras: “inventamos o nome de ‘Pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira’ para não usar o termo ‘feminista’, porque assustava as pessoas”. O ano de 1975 também foi o ano da organização do Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini (PINTO, 2010).

Muitas mulheres participavam ativamente na luta contra a ditadura militar. O primeiro grupo de mulheres feministas, depois de Simone Beauvoir, surgiu em São Paulo, no ano de 1972. De forma compassada, os temas relacionados ao feminismo passaram a fazer parte dos eventos e fóruns nacionais, como ocorreu na reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, no ano de 1975. Neste mesmo ano, aconteceram mais dois encontros, nos quais surgiram debates sobre as causas do movimento feminista, foram

eles: o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, realizado em São Paulo e o da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, o qual deu origem ao Centro da Mulher Brasileira. O movimento feminista foi ganhando mais espaço na sociedade e em dado momento, reuniram-se mais de três mil mulheres nos Congressos da Mulher Paulista. O I Primeiro Encontro Nacional Feminista ocorreu em Fortaleza-Ceará (ALVES & ALVES, 2013).

A manifestação do movimento feminista se deu através da luta pelo direito do voto das mulheres, o qual foi expresso a partir das eleições de 1932, em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Nesse período, chamado de primeira onda do feminismo, as mulheres também estavam nas lutas operárias. Nos primeiros anos da década de 60, lança-se a pílula anticoncepcional, num contexto em que o movimento feminista no mundo vai se configurando como uma luta não só por espaço político e social, mas como uma luta por uma nova forma de relacionamento entre homem e mulher. Em seguida, vive-se um momento de repressão com a ditadura militar, porém, na década de 1970, o movimento ganha expressividade através dos debates públicos sobre o papel da mulher na sociedade. Além disso, o feminismo aproxima-se da esquerda e dos conceitos marxistas, esforçando-se para ganhar legitimidade. Na década de 1980, com o Brasil redemocratizado, o movimento ganha força, unindo-se com outros movimentos sociais, tais como: o movimento contra o racismo, fortemente influenciado pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Esse foi um momento muito importante para o movimento feminista, pois, até então, o feminismo era voltado para classe média, e nesse momento ganha adesão das camadas populares (ALVES & ALVES, 2013).

Neste momento, questões como sexualidade, corpo da mulher e a saúde, antes ditas apenas de esfera privada, são publicizadas pelo movimento feminista, surgindo uma linguagem inovadora e feminina. Esse movimento realizou enormes conquistas, principalmente, relacionadas à abertura do mercado de trabalho para a mulher. Porém, é comum perceber, em nossa realidade, a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres que tem filhos e companheiros, pois além de trabalhar fora, tem que realizar os afazeres domésticos, comprometendo sua saúde e qualidade de vida. As mulheres se fizeram presentes na política no período da ditadura, em meados dos anos 60 e, segundo Alvarez (1988), elas também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações da sociedade civil e partidos políticos de oposição que com êxito desafiaram regras autoritárias durante os anos 70 e início dos 80 (ALVES & ALVES, 2013).

No período da ditadura militar, em meio às torturas sofridas pelos participantes de movimentos políticos, o movimento feminista produziu argumentos que fortificaram o debate

sobre as ligações da violência contra as mulheres na esfera doméstica. O processo de redemocratização foi o marco das conquistas, e tem como símbolo da trajetória percorrida pelo movimento feminista, a Constituição de 1988, que consolidou vários direitos da mulher, como a instituição de conselhos nas diferentes esferas governamentais, garantindo o debate em torno das demandas femininas. Em relação à trajetória do movimento, ressalta-se que o feminismo contemporâneo surge como parte dos movimentos dos anos sessenta que, ainda que se tenham originado nos partidos de esquerda, e estejam vinculados a eles, vão muito além deles ao expressar uma série de problemas que a esquerda havia sido capaz de assumir (ASTELARRA, 1983, p. 51).

No Brasil, a senhora Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de violência doméstica por trinta e dois anos pelo seu ex-marido, tendo sofrido duas tentativas de homicídio e se tornado paraplégica, denunciou o Estado brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, por não dispor ao país mecanismos suficientes e eficientes para coibir a prática de violência doméstica contra a mulher. O Estado brasileiro foi responsabilizado pela Comissão por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres (ALVES & ALVES, 2013).

As eleições diretas em 1982 mobilizaram as feministas em defesa da cidadania e da implementação de políticas públicas para as mulheres. A partir de 1983, foram criados os Conselhos Estaduais da Condição Feminina, e em 1985 foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como (Eco-92) realizada no Rio de Janeiro, as mulheres participaram do Fórum das ONGs com o Planeta Fêmea, o qual resultou na Agenda 21 das Mulheres. Posteriormente, houve duas importantes Conferências: uma sobre Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993 e outra sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, momentos estes em que foram pautadas e debatidas temáticas feministas. Esse processo resultou na IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim, no ano de 1995. A força do feminismo promove uma nova definição do poder político, questionando o que está posto e como esse poder é exercido, assim se constroem novas práticas e novos conceitos, ampliando o direito político das mulheres. Após a conquista de postos de trabalho antes ocupados exclusivamente por homens, as mulheres assumiram posições políticas. Atualmente, vários países são liderados por mulheres (ALVES & ALVES, 2013).

Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos

países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais. [...] Aí reside um paradoxo: é nesses espaços revolucionários, são feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição de explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina. (PINTO, 2003, p. 26-34)

### 3. HISTÓRIA DO PROTESTANTISMO NO BRASIL

O protestantismo surgiu no século XVI, é uma vertente cristã que teve suas origens na Europa, com a reforma organizada por Martinho Lutero. Lutero percebeu a diferença entre os princípios bíblicos com as práticas da igreja católica, então resolveu protestar publicamente contra isso. Em Roma nos anos de 1517 era permitido afixar opiniões para debater em locais públicos a fim de que todos tomassem conhecimento. Assim, Lutero escreveu seu protesto, desmembrado no que foi chamado de “Noventa e cinco teses” e pregou à porta da Igreja do Castelo. Em suas teses Lutero afirmava que a remissão dos pecados era unicamente através da fé em Jesus Cristo, e contestava o poder da igreja como mediadora entre os fiéis e Deus e afirmava que as ofertas eram inúteis para o perdão dos pecados e salvação eterna. Suas teses foram rapidamente divulgadas por toda a Alemanha e causaram grande polêmica em Roma. Como consequência disto, Lutero acabou sendo excomungado pelo papa Leão X (BETTENCOURT, 2000).

Em 1529, durante a campanha da Reforma Luterana na cidade de Espira, na Alemanha determinou que nenhuma mudança religiosa seria realizada, em virtude disso, tanto católicos como luteranos ficariam nas posições até então assumidas. Esse decreto provocou o protesto de 14 cidades imperiais e 6 príncipes em 1527. Daí a nomenclatura “protestantes”, que só começou a ser usada como substantivo no século XVII, onde passou a designar todos os cristãos reformados que se opõem a Roma. Os reformados do século XVI se autodenominavam “evangélicos” e, atualmente, as igrejas que se identificam com o ideal reformista preferem se autodenominar da mesma forma (BETTENCOURT, 2000). A Reforma Protestante ensina que o homem pode ter contato diretamente com Deus, sem precisar ser intermediado pelo clero. Antes da reforma a Bíblia era lida pelos sacerdotes e/ou outras hierarquias religiosas, depois dela cada um pode ler a Bíblia e interpretá-la individualmente, podendo inclusive, escolher a comunidade cristã da qual quer fazer parte (MENDONÇA, 2007). A salvação se dá unicamente pela fé em Cristo, ela é uma graça que o torna o homem justo perante Deus (MASSOTTI, 2006).

O crescimento do protestantismo abalou seriamente a tradicional hegemonia religiosa romana sobre o continente europeu (MARQUES, BERUTTI e FARIA, 2005). A Reforma Protestante nasceu em um ambiente de muita polêmica contra o catolicismo, fazendo com que houvesse uma forte “sacudida” eclesial e social (ARTIGAS, 1978). Em toda a Europa, muitas pessoas foram mortas devido a questões religiosas, muitos protestantes foram perseguidos e a

desavença entre protestantes e católicos foi tomando uma proporção e caráter cada vez mais agressivos. Dentro deste contexto, muitos protestantes abandonaram a Europa e tentaram reconstruir suas vidas em uma nova terra. Assim, os Estados Unidos da América tiveram como base, um ideal reformista (MARQUES, BERUTTI e FARIA, 2005). No Brasil, os protestantes se inseriram de duas formas: pela via do movimento imigratório, no começo do século XIX e pela via missionária, ocorrida na mesma época (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990). Pela via da imigração, na primeira metade do século XIX, há chegada de imigrantes alemães no Brasil, principalmente na região sul, que fundam a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Pela via missionária, na segunda metade do século XIX, missionários da América do Norte e da Europa começam a chegar no país. Assim, em 1855 temos a fundação, no Rio de Janeiro, da Igreja Congregacional do Brasil e, em 1863 da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Posteriormente, muitas outras denominações protestantes vieram para o Brasil, entre elas os batistas e os anglicanos. Estas denominações são tidas como protestantes. A presença do protestantismo brasileiro é fruto da abertura política e religiosa oferecida pelo imperador D. Pedro II. As Igrejas de missão ou históricas aproveitaram essa abertura e iniciaram um processo de evangelização, com a finalidade de implantarem suas igrejas. O protestantismo brasileiro pouco a pouco marcou sua presença no contexto de uma sociedade hostil, onde foram necessárias diversas estratégias para dinamizar sua proposta de evangelização como, por exemplo, o estabelecimento de escolas, a distribuição de Bíblias e a presença dos missionários na zona rural (SILVA, 2011). Foi a partir de 1910 e 1911 que o protestantismo foi levado a conviver com a chegada e implantação do pentecostalismo e, mais recentemente, com o neopentecostalismo e igrejas independentes. O crescimento destes movimentos se deu com fiéis insatisfeitos com os estilos de culto e práticas religiosas das igrejas protestantes históricas e até mesmo pelo desajuste social provocado pela passagem de uma sociedade rural a uma sociedade urbana (SILVA, 2011).

Uma das tradicionais características do protestantismo histórico é o que Bastide (2006) chama de “domesticação do sagrado”, ou seja, os cultos doutrinários onde são orientados para a ordem, formalidade e racionalidade, procurando suprimir manifestações mais exóticas do sagrado como a possessão ou a glossolalia, por exemplo (CAMPOS, 1996). A configuração atual do campo religioso brasileiro precisa englobar a chamada concorrência de mercado que se instaura neste campo. No interior das igrejas protestantes históricas houve uma perda simbólica, ou seja, houve um abandono, no mínimo parcial, das práticas tradicionais no campo litúrgico ao mesmo tempo em que há uma progressiva incorporação de práticas

litúrgicas provenientes do neopentecostalismo. Assim, pressupondo que as denominações neopentecostais têm sido capazes de satisfazer a demanda religiosa dos leigos, a qual, por alguma razão, outras denominações religiosas não têm obtido êxito de conseguir, com eficácia similar, entende-se que os protestantes históricos, desejando recuperar o controle dos bens simbólicos que vêm perdendo para o neopentecostalismo desde o final da década de 80, dentre eles a membresia – têm se adequado ao contexto mercantil de satisfação religiosa, por meio de práticas não tradicionais entre os protestantes históricos (MONTES, 1998).

O pentecostalismo é uma religião protestante, nascida no começo do século XX. Esta vertente protestante considera a crença no Espírito Santo como a crença central, em torno da qual se situam as demais crenças e as práticas religiosas. O nome “Pentecostes” é o nome de uma das festas religiosas do povo judeu. No primeiro dia de Pentecostes após a morte de Jesus, o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos, que começaram a falar em outras línguas. No Brasil, o pentecostalismo começa com a Congregação Cristã (em 1910) e a Assembléia de Deus (em 1911). Esta seria a primeira onda do pentecostalismo brasileiro. A Congregação Cristã rapidamente se torna nativa, embora não saia realmente dos meios da imigração italiana e, a partir de 1940, é ultrapassada em importância pela Assembléia de Deus (CORTEN, 1996) que mostrou, sobretudo, uma maior disposição para adaptar-se a mudanças tanto no pentecostalismo, como na sociedade brasileira (MARIANO, 2004).

A segunda onda pentecostal brasileira ocorre com o surgimento de novas igrejas que, durante os anos 50 e 60, se caracterizam pela “cura divina” ou a compaixão. Três igrejas principais fazem parte desta onda: Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), a única de origem totalmente norte-americana, Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo (1955), primeira igreja a ter um fundador brasileiro – igreja bastante ecumênica e a Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962), que atinge as camadas mais pobres da população. A terceira onda do pentecostalismo no Brasil, o neopentecostalismo, começa no final dos anos 1970 e caracteriza-se pela televisão ou “igreja eletrônica”. As igrejas que adotaram esta nova forma de evangelizar de forma mais visível foi a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus, estas igrejas caracterizam-se pelo fato de que os testemunhos - aos quais se acrescentam leituras e comentários de cartas de fiéis, a pregação, a bênção da cura, os flashes do exorcismo e curas gravadas nas igrejas - atraem um novo público. O objetivo destas novas igrejas é chamar um público não convertido e o culto é organizado com esta intenção, eles tratam de tocar, de despertar o sentimento religioso nas pessoas, partindo de onde elas estão: esmagadas pelos pecados e pela pobreza (CORTEN, 1996).

O pentecostalismo nunca foi um grupo homogêneo. Esta vertente protestante sempre apresentou distinções eclesiásticas e doutrinárias (MARIANO, 1999). Atualmente existem mais de cem denominações pentecostais diferentes (MARQUES; BERUTTI; FARIA, 2005). Embora cada vertente do pentecostalismo tenha suas particularidades e doutrinas, em todas elas há a interdição ao consumo de álcool, tabaco e drogas e ao sexo extraconjugal e homossexual. (MARIANO, 2004). O estudo do pentecostalismo ocupa um lugar de importância no complexo e conflitivo Campo Religioso Latino-americano porque, por ser uma instância religiosa em processo de mutação, reflete muito bem os processos de transformação social. O pentecostalismo tem significado a possibilidade de construção de uma identidade popular pela mediação do religioso e tem sido um meio de legitimação, compensação e protesto simbólico da subjetividade popular (CAMPOS, 2002).

### **3.1. Papel da Mulher nas Igrejas do Brasil**

As mulheres participam ativamente da vida eclesiástica desde a Reforma Protestante no século XVI. Proibidas de exercerem o ministério pastoral, as mulheres reformadas não se contentaram apenas com o seu papel de fiéis na congregação. Muitas se destacaram como professoras da Escola Dominical, missionárias e ativistas filantrópicas. No início do século XIX, as ideias feministas também atingiram as mulheres protestantes europeias e norte-americanas, e muitas delas com serviços prestados e efetiva liderança nas comunidades passaram a lutar pela emancipação feminina e a igualdade de espaço administrativo no interior da igreja, onde as instâncias de poder e o saber teológico eram apanágio do gênero masculino (SILVA, 2015).

As aproximações teóricas entre religião e gênero nas comunidades protestantes podem ser mediadas pela História Cultural, na medida em que entendemos tanto a religiosidade quanto as relações de gênero enquanto práticas culturais provenientes de matrizes discursivas e representações forjadas a partir de um corpus doutrinário e litúrgico originário de instituições eclesiásticas, capazes de fornecer sentido a uma ética e impor comportamentos sociais aos indivíduos que compõem a membresia dos diversos grupos religiosos. Entendemos gênero como uma categoria analítica que estuda relações entre sujeitos sociais e papéis atribuídos às pessoas a partir de construções de masculinidade e feminilidade, conceito que contempla aspectos culturais e identitários. Quanto à categoria protestante, engloba as diversas denominações cristãs vinculadas à Reforma Protestante, ditas históricas, a exemplo



de luteranos, anglicanos, presbiterianos, metodistas, congregacionais, batistas, bem como os pentecostais e os grupos mais recentes designados de neopentecostais (PASSOS, ZORZIN, ROCHA, 2011).

A Reforma no século XVI alcançou todos os segmentos da população e encontrou um grande número de seguidores e seguidoras, especialmente nas cidades imperiais livres, incluindo significativos centros econômicos, como Estrasburgo, Augsburg, Nürnberg. Era chegado o *kairós*. Transformações eram necessárias na Igreja e na sociedade. A publicação das 95 teses de Lutero chegou num momento oportuno (LUTERO, 1984, p. 33-43). As condições políticas internas e externas do Sacro Império Romano sob os imperadores Maximiliano I (1493-1519) e seu neto Carlos V (1519-1556) ofereceram boas condições para a efetivação de reformas na igreja e na sociedade. Outro elemento importante para que essas mudanças se realizassem foi o fato do Sacro Império Romano Germano ser dividido em pequenos reinos. Dessa forma, segundo BECK, “a Reforma foi sendo introduzida em várias cidades, territórios e reinos na Alemanha e Europa” (1984, p. 15; p. 19). Como bem lembra Le gof, “o sistema feudal não afastava sistematicamente a mulher da direção das senhorias, dos feudos, nem mesmo dos reinos” (2008, p. 132). Portanto, vamos encontrar mulheres regentes introduzindo a reforma em sua área de atuação.

Esses princípios fizeram que mulheres e outras pessoas leigas se envolvessem em questões teológicas e políticas e buscassem saída para os problemas de seu tempo. Muitas pessoas se utilizaram de cartas panfletárias para divulgar as ideias reformatórias, sempre baseadas na Bíblia. Para as pessoas que não sabiam ler, as cartas eram lidas nos mercados e nos púlpitos das igrejas. As discussões teológicas e as suas implicações nas igrejas e na sociedade fizeram parte dos diálogos nas Universidades e na vida cotidiana. Revisitar e reler a história, a partir da história das mulheres, é reconhecer que elas foram silenciadas e invisíveis. A história que chegou até nós foi a dos homens heróis e de seus grandes feitos. Nomes como Martinho Lutero, João Calvino, entre outros, são conhecidos. No entanto, nomes como Argula Stauff von Grumbach, Elisabeth von Calenberg, Elisabeth Schütz Zell ou Katharina von Bora são praticamente desconhecidos (BRAKEMEIER, 2011).

Podemos dizer que a diversificação religiosa tem relação com os elementos estruturais e simbólicos da civilização, particularmente do mundo ocidental. A organização burocrática do estado, a organização do trabalho, como também o capitalismo moderno, em conjunção com a ciência e a tecnologia nos ajudam a compreender o significado das sociedades modernas e, nesse caso específico, o Brasil.

À complexidade do fato urbano surge uma multiplicidade de problemas – violência, ineficiência dos serviços públicos, problemas sociais e, ainda, sentimento de desamparo, dependência e marginalidade, consequência das novas formas de sociabilidade. Um Novo Mapa das Religiões deve ser interpretado além dos dados estatísticos. A preocupação principal, a queda do número de católicos e ascensão dos evangélicos deve-se entender a profunda transformação que está se realizando na relação entre a pessoa e sociedade e, por conseguinte, na “socialização”. Mais fácil é perceber as transformações da sociedade. São mais visíveis, mais fáceis de ser observadas. O campo religioso brasileiro é o campo das religiões, da pluralidade religiosa. Pierre Sanchis vai mais longe ao questionar em um artigo: “O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões?” (SANCHIS, 1995). Sua análise mostra que sempre houve deslizamentos em várias formas de expressão através de uma religiosidade difusa e expressiva.

A diferença entre o número de homens e mulheres na população também mudou. Atualmente, há 96 homens para 100 mulheres, indicando que a população feminina ultrapassa em 3,9 milhões a masculina. No último CENSO realizado em 2000, sob a perspectiva homens e mulheres, eram 96,9 homens para a cada 100 mulheres. Isso explica o número crescente de mulheres protestantes, as mulheres migraram para outras religiões, e com isso, os homens são atualmente em maior número católico do que as mulheres. Isso contribuiu consideravelmente o aumento de mulheres nos cargos de lideranças que até então, eram ocupados pela imagem masculina. Nas igrejas pentecostais há mulheres liderando igrejas locais por não terem homens adequados a assumirem o papel de líder ministerial dessas igrejas, pois não basta ser homem, precisa ter vocação para tal devoção (Fonte: CPS/FGV, 2011).

Se o mundo urbano expressa a diversidade, a flutuação religiosa é uma busca de referência e identificação do indivíduo. Há muitas religiões competindo entre si. Há muitos modos de encarar a vida e seus valores, inclusive numa mesma religião. Cada um pode fazer sua escolha de valores, comportamento e estilo de vida. Mesmo na moral e na religião, não há mais uma regra só. “Você decide”, entre muitas escolhas possíveis. A pluralidade religiosa, portanto, dá direito à cidadania no campo religioso. Parece ser verdadeira a consideração de Almeida quando ele afirma que “há um sistema discreto de religiosidade de perfil evangélico-pentecostal que ultrapassa as instituições evangélicas pentecostais” (ALMEIDA 2008, p. 49). Ainda para esse autor, “o estereótipo do jeito de ser religioso neste país cada vez mais fica com a cara evangélica. Mais ainda do que as igrejas pentecostais, o que se expande são as características desta religiosidade” (ALMEIDA 2008, p. 55).

A invisibilidade da mulher como líderes se deu pela figura de esposa de pastores. Muitos ministérios que são liderados por mulheres só conseguiram se consolidar devido ao afastamento do título de esposa ou exatamente ao contrário, se firmou devido ao título. Houve uma mudança mental nas igrejas pentecostais onde as mulheres viram a necessidade da sua independência no ministério por causa do crescimento do número de mulheres nas igrejas. No entanto, nas últimas décadas do século XX, as religiões sofreram fortemente os impactos do feminismo. Isso mudou a prática religiosa das mulheres e influenciou o desenvolvimento de um novo discurso: a teologia feminista (ROSADO, 2001, p. 79). Tal teologia cristã pentecostal tem como objetivo romper com as barreiras impostas pelo discurso teológico ocidental patriarcal (SILVA, 1994) e reconstruir a teologia sobre novas bases (FURLIN, 2011, p. 147). “Creio ser possível afirmar que as análises feministas da religião tiveram início com o desenvolvimento de uma crítica interna à religião feita por mulheres adeptas e praticante da fé cristã” (ROSADO, 2001). No caso das igrejas protestantes brasileiras a luta das mulheres teólogas extremamente fundamentada na luta pelo ministério ordenado e pelo exercício pastoral (ROHDEN, 1997, p. 72). Assim, com o crescente movimento pentecostal contribuindo para o crescimento do número de igrejas com o passar dos anos, e contribuindo para o número crescente de mulheres evangélicas pentecostais. Agora a investigação é saber o quanto essas mulheres cresceram dentro dessas denominações.

### **3.2.A Construção da Identidade da Mulher Pentecostal**

A religião cristã desde as mais antigas escrituras, sempre é mencionado ao homem como chefe da família e como membro mais próximo de Deus, aquele que recebe seus sinais e que age de acordo com a sua vontade, ficando à mulher um papel submisso. Na construção da igreja, até hoje vemos vestígios desse modo patriarcal de ser. Gomes (2015, p. 08) cita em seu trabalho que:

Em relação à tradição judaica, destaca-se, inicialmente, a imagem de Deus associada à figura masculina. Nesse sentido, associar a figura de Deus ao masculino significou um distanciamento da mulher do divino. Qualquer mulher só pode se identificar com o Deus-Pai hebraico por meio da negação da própria identidade. Ser mulher passou a significar estar mais propensa ao mal, mais susceptível às ciladas do demônio. É assim que se observa no mito judaico do pecado original no qual a mulher se torna responsável pela queda e pelo sofrimento da humanidade (GOMES, 2015, p.08).

Sendo o cristianismo ocidental uma religião que descende do judaísmo, isso fez com que as mulheres continuassem distante da imagem de Deus, sendo possível se aproximar dEle somente através da negação de sua própria identidade ou da submissão ao seu companheiro. Cecília Domezi (2010) diz que o discurso que normatiza a dominação das mulheres na Igreja Católica é pautado em interpretações de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino que procuram sempre subordinar a mulher, espírito de paixões e inconstâncias à razão da alma sempre atribuída ao sexo masculino, tornando-a um ser não tão próximo de Deus.

Apesar de a mulher, ao longo da história, ter participação ativa na igreja, ter o papel de instruir os filhos na fé e, por muitas vezes, participar das organizações e dos grupos de apoio; nunca foi lhe dado nenhum papel de liderança e de atuação efetiva dentro da organização cristã. Com o feminismo em alta é possível que as mulheres cristãs, que têm vida ativa dentro da fé, passaram a incluir as questões feministas em suas discussões, uma vez que, pela ideia de igualdade de gênero, as próprias poderiam desempenhar tais papéis.

Nos séculos passados, há referência de grandes mulheres que lutaram por tais casos, todavia, eram mulheres que agiam de forma solitária e isolada, nunca houve uma organização com participação da grande massa da população feminina como nos tempos atuais, como diz Gomes (2015):

Ao longo da história, o mundo tem presenciado conflitos sociais dos mais diversos, sejam por diferenças de raças, religiões, seja por condições sociais. Grande parte dessas tensões reside no grito dos oprimidos pela liberdade, na luta renhida por direitos iguais, na reação incontida dos menos favorecidos. Entre os grupos e classes que, no século 20, reagem ao sistema opressor e desigual, destaca-se o das mulheres. As mudanças ocorridas partem da tentativa de superação de um modelo patriarcal. Embora os séculos passados registrem a biografia de heroínas que protagonizaram grandes feitos, somente em tempos recentes, a voz das mulheres incorpora uma manifestação coletiva por oportunidades iguais, tanto na política quanto na vida doméstica ou no mercado de trabalho (GOMES, 2015).

O Feminismo veio para aliar as ideias de várias mulheres que, juntas, lutam por uma mesma causa: direitos e oportunidades equiparados aos dos homens, lutas estas que cada vez ganham mais apoiadores. O Feminismo Conservador (assim determinado) não trás para si apenas as questões religiosas, mas também todas as outras pelas quais os Movimentos Feministas (em toda sua totalidade) já lutam, como direito ao trabalho, igualdade nos salários entre homens e mulheres, direito de ir e vir, etc. A crescente do espaço da mulher dentro da igreja é mais notória dentro da Igreja Evangélica, uma vez que, na Igreja Católica, para ocorrer mudanças de grandes proporções, é necessário um processo bastante longo até que a

informação chegue ao Vaticano, sede da mesma, e chegue ao alcance dos seus mais de um bilhão de fiéis por todo o mundo. Como diz Boff (2014, p. 07):

A Igreja, no caso a Igreja romano-católica, que se derivou de sua herança, é dirigida exclusivamente por homens que detêm todos os meios de produção simbólica. A mulher foi considerada, por séculos, como não *persona* jurídica, e até hoje é excluída sistematicamente de todas as decisões do poder religioso. A mulher pode ser mãe de um sacerdote ou de um bispo, mas jamais poderá aceder a tais funções. O homem, na figura de Jesus de Nazaré, foi divinizado, enquanto a mulher é mantida como simples criatura, embora, na figura de Maria, seja considerada como Mãe de Deus (BOFF, 2014, p. 07).

Nas igrejas que se denominam evangélicas, já não é tão absurdo uma mulher estar à frente da Assembleia, conduzindo todo o ritual e discurso com os fiéis, sendo um marco para a história o ano de 1973, em que surgiu a primeira pastora do Brasil, na Igreja Evangélica Missão Cristã Pentecostal em Niterói – RJ. Além das lideranças femininas dentro dos templos, há lideranças nas músicas, nas passeatas religiosas (em especial a Marcha para Jesus, momento em que fiéis de igrejas evangélicas se organizam em passeata para manifestar sua fé, com louvores e pregações, a cada ano, conduzido por mais mulheres) e em mais segmentos que envolvem a religião (acampamentos, ações sociais, encontros, etc.)

Cada vez com mais espaço, elas andam levando massas e moldando um novo modelo de vida aliada à religião, como aponta a entrevista feita pela Revista IstoÉ, na edição nº 2288 de 25/09/2013, no trecho:

Em muitas instituições religiosas as mulheres conseguem criar uma empatia muito mais sólida com a comunidade do que os homens. Na Igreja Batista da Lagoinha, fundada em Belo Horizonte (MG), 44,6% do corpo pastoral é do sexo feminino – a cultuada cantora gospel Ana Paula Valadão é uma delas. Entre os metodistas, as mulheres representam aproximadamente 30% dos pastores – a mesma porcentagem é verificada entre os presbíteros da Igreja Anglicana.

Fica mais evidente que o tempo da liturgia já não se adequa mais ao atual, como aponta a entrevista da IstoÉ (edição nº 2288 de 25/09/2013) que aborda o tema:

O silêncio exigido naquela época, porém, fazia parte de um contexto cultural. Os cristãos se reuniam em sinagogas, onde as mulheres não podiam se manifestar. Para evitar atrito com os judeus, eram orientadas a apresentar seus questionamentos em casa, junto dos maridos. Hoje, a realidade é outra. A pastora Simone e duas amigas, casadas e formadas em teologia, resolveram dar voz à palavra que aprofundavam em núcleos de estudo. Decidiram abrir uma igreja evangélica, a Viva Praia da Costa, em Vila Velha, no Espírito Santo, em 2011. As três são as únicas pastoras da denominação, hoje frequentada por cerca de 100 membros (ISTOÉ, ED. 2288/2013).

As mulheres têm voz cada vez mais ativa dentro da igreja, dados do IBGE mostram que elas já são maiorias nos bancos das cerimônias, que na Igreja Metodista elas já ocupam 30% do cargo de Pastora, que na Igreja Reina, que possuía 120 templos no país, 40 tem uma Pastora à sua frente, Na Convenção Batista Brasileira de 2013, 157 era o número de pastoras espalhadas pelo Brasil. As mulheres correm pelo seu espaço dentro da religião, seu espaço atuante, com lideranças e à frente de projetos, e não mais como um ser subordinado ao marido.

Outras discussões que vão além da atuação da mulher dentro da igreja também são pautas dessa vertente do Feminismo. Até mesmo sobre a imagem e semelhança de Deus, pois no sistema patriarcal em que o Cristianismo se fundamenta, Deus é representado por uma figura masculina, como Boff (2014, p. 03) diz em seu trabalho sobre teologia feminista em sua proposta de “despatriarcalização” do imaginário e da linguagem religiosa:

Neste esforço, representa grande estímulo a descoberta da tradição do matriarcado e das divindades femininas. Foi mérito do feminismo resgatar essa tradição ancestral e fazê-la valer na cultura e no interior da reflexão religiosa e teológica<sup>2</sup>. Hoje só fazemos justiça à nossa experiência do divino se a traduzirmos em termos masculinos e, simultaneamente, femininos. Deus emerge como pai e como mãe ou, em uma linguagem inclusiva que supera as justaposições, como pai maternal e como mãe paternal. Mais radicalmente ainda, muitas feministas falam de Deus e da Deusa. Ou, para mostrar a unidade de Deus (que não se divide, como nos seres humanos, em macho e fêmea), escrevem da seguinte forma: Deus/a (BOFF, 2014, p. 03).

Segundo a própria religião cristã, Deus é a imagem e semelhança de sua criação, se fundamentando, nesse quesito, as discussões de aprimoramento na nomenclatura utilizada para se referir a Ele, mostrando-o como unidade, que vem para agregar, e não segregar homens de mulheres. Paralelo ao Feminismo diretamente ligado às questões religiosas há outros tipos de luta, com outros públicos, mas que sempre visam à igualdade entre homens e mulheres. Feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo radical (radfem), feminismo negro, feminismo interseccional e ecofeminismo são algumas pautas de todo o movimento feminista, e um não exclui o outro, é comum pessoas se identificarem em dois ou mais lutas e pertencerem a dois ou mais grupos. No Movimento em estudo, além de ter toda à luta para a igualdade, ainda há a luta pela igualdade de gênero perante a Deus e aos projetos sociais da própria igreja.

A origem de tudo está no relato dos primeiros capítulos da Bíblia em Gênesis:

“No princípio Deus criou os céus e a terra. Era a terra sem forma e vazia; trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. Disse Deus: “Haja luz”, e houve luz. Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas. Deus chamou à luz de dia e às trevas chamou noite. Passaram-se a tarde e a manhã; Esse foi o primeiro dia” (Gênesis cap.1: 1-5).

Quando Deus criou o mundo, aparentemente não apresentava uma criação sem propósito e sem fundamento, assim como não apresentava uma atitude egoísta, dado que se explica através dessa passagem:

Disse Deus: “Eis que dou a vocês todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes”. Elas servirão de alimento para vocês. E dou todos os vegetais como alimento a tudo o que tem em si fôlego de vida: a todos os grandes animais da terra, a todas as aves do céu e a todas as criaturas que se movem rente ao chão. E assim foi. Gên. 1: 29-30.

Notemos que nessa passagem bíblica, “Eis que dou a vocês...” estando no plural, é possível afirmar que Deus doou tudo o que fez ao Homem e a Mulher, dando lhes posse de tudo que estava sobre a terra. Outro fator que impulsiona a perfil humanitário de Deus é a concepção de Homem e Mulher. Vejamos:

“Façamos o homem à nossa imagem, conforme nossa semelhança”. Gên. 1-26

Então o senhor Deus declarou: “Não é bom que o homem esteja só; Farei para ele alguém que o ajude e lhe corresponda”. Gên. 2- 18.

“Deus os abençoou” e lhes disse: “Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra. Dominem sobre os peixes dor mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra” (Gên. 1: 28).

Analisando esse texto, a referência de autoridade bíblica criada por Deus, foi dada tanto para o Homem quanto para Mulher, e na mesma proporção. Essa passagem explica a questão de “subjugar”. Subjugar a Terra, não a mulher.

Quando as teologias feministas se articularam aos movimentos feministas e fazem de suas questões as questões cotidianas vividas pelas mulheres, se dá uma espécie de ruptura em relação às questões tradicionais da teologia e à sua forma de abordagem. Mais uma vez, essa maneira de fazer teologia não é institucional, no sentido de não ser assumida oficialmente pelas igrejas. Nesse sentido, talvez precisasse criar formas de atuação mais organizadas para

garantir uma vivência e uma teoria teológica que acompanhe o avanço dos movimentos feministas (GEBARA, 2006).

Os pontos de maior contato estão na perspectiva ética encontrada nos textos do Evangelho. A Teologia da Libertação se estruturou em torno da opção pelos pobres, dos oprimidos, como critério para a reconstrução do mundo, como base para o processo de salvação. Essa matriz ética presente nos profetas e profetizas e na tradição de Jesus é retomada igualmente pela Teologia Feminista. Entretanto, a maior parte das teologias feministas separa-se de certa forma da teologia masculina da libertação quando se trata da manutenção da dogmática patriarcal, das imagens de Deus masculinas e de um conceito de salvação estreito que inclui apenas a pessoa individual de Jesus de Nazaré (GEBARA, 2006).

Em uma passagem bíblica em que uma mulher foi levada até Jesus para que Ele a condenasse por ter sido pega em adultério, Jesus utiliza de sabedoria ao lidar com essa questão. Ele não a julga, muito menos permite que a julguem, até porque todos os patriarcas que lá estavam, havia erros que também os condenavam.

João 8: 1 -9

Porém Jesus foi para o monte das Oliveiras. E, pela manhã cedo, voltou para o templo, e todo o povo vinha ter com ele, e, assentando-se, os ensinava. E os escribas e fariseus trouxeram-lhe uma mulher apanhada em adultério. E, pondo-a no meio, disseram-lhe: Mestre, esta mulher foi apanhada, no próprio ato, adulterando, e, na lei, nos mandou Moisés que as tais sejam apedrejadas. Tu, pois, que dizes? Diziam eles, tentando-o, para que tivesse de que o acusar. Mas Jesus, inclinndo-se, escrevia com o dedo na terra. E, como insistissem, perguntando-lhe, endireitou-se e disse-lhes: Aquele que dentre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela. E, tornando a inclinar-se, escrevia na terra. Quando ouviram isso, saíram um a um, a começar pelos mais velhos até aos últimos; ficaram só Jesus e a mulher, que estava no meio. E, endireitando-se Jesus e não vendo ninguém mais do que a mulher, disse-lhe: Mulher, onde estão aqueles teus acusadores? Ninguém te condenou? E ela disse: Ninguém, Senhor. E disse-lhe Jesus: Nem eu também te condeno; vai-te e não peques mais.

Hoje existe uma ressignificação das escrituras abrangendo os casos para possíveis divórcios. A liberdade de escolha é uma condição humana independente das crenças, e pode ser exercida sobre vários ângulos. A mulher é avaliada a partir do corpo e da sua sexualidade feminina, é a partir daí que se expressa a opressão e a dominação de gênero ou do gênero masculino. Conforme a entrevista de Gebara a Rosado Nunes (2006, p.301):



Não se pode fazer Teologia Feminista sem falar dos corpos femininos e especificamente da sexualidade feminina. Esse é o lugar a partir do qual começa a opressão e também o lugar a partir do qual se afirma a autonomia feminina. A partir daí que se marca a posse masculina sobre as mulheres. A Teologia Feminista, sem dúvida, inspirou-se na Teologia da Libertação em muitos aspectos, porém, dados os diferentes temas que trabalha e as alianças com o movimento feminista, ela tem se afastado da ortodoxia da Teologia da Libertação (GEBARA, 2006).

Essa dominação se expressa através de uma divisão injusta do trabalho social e doméstico, através de uma legislação que acaba mantendo não apenas os privilégios de classe e de etnia, mas os privilégios de gênero. Manifesta-se, igualmente, nas questões de descriminalização e legalização do aborto, como se os homens, ou a sociedade que representam, tivessem a última palavra sobre nossas decisões e escolhas. As teologias ou, mais especificamente, as igrejas seguem a mesma lógica de dominação. Afirmando-se a partir dos princípios que respeitam a vida, não percebem a contradição histórica de seus argumentos e a reprodução da dominação patriarcal em relação às mulheres (GEBARA, 2006).

Diminuem-se nossos direitos, embora se continue a falar da igualdade de direitos humanos ou da igualdade entre pessoas humanas. A partir daí, se afirma a diferença de inferioridade nas várias situações e instituições. Por isso, a afirmação da diferença, embora seja um passo importante, não pode ser feita em detrimento da luta pela justiça e igualdade e na linha do estabelecimento de outras formas de relação entre mulheres e homens. A atual multiplicidade de religiões e movimentos religiosos, bem perto de ser a expressão de uma diversidade positiva, representa certa mercantilização do religioso a serviço do retrocesso político mundial, do retrocesso da democracia e do retrocesso do pensamento. Trata-se de uma enfermidade global na qual o religioso parece fornecer aparentes saídas imediatas (GEBARA, 2006).

De acordo com Gebara (2006), a forte presença feminina é devida à fragilização crescente das mulheres pelo sistema capitalista atual, altamente desagregador. Muitas buscam no consolo imediato que uma celebração religiosa pode dar alguma força para enfrentar os problemas do dia-a-dia. Entretanto, esse consolo imediato, na maioria das vezes, reduz as mulheres a seu papel doméstico e reforça a reprodução de um modelo de dominação masculina. Nessa perspectiva, as teologias feministas não aceitas institucionalmente não possui um lugar alternativo para oferecer às mulheres serviços das quais elas necessitam. Além disso, por não existir reconhecimento público institucional para a maioria das mulheres, elas buscam consolo religioso na "casa de Deus" a igreja.

A produção teológica das mulheres protestantes está extremamente fundamentada na luta pelo ministério ordenado e pelo exercício pastoral. De acordo com Sampaio (1989), as mulheres sempre foram presença massiva nas Igrejas Protestantes, inclusive nas Pentecostais. Foram estas últimas que primeiro concederam a ordenação às mulheres: em 1922, o Exército da Salvação já atuava através de ministérios ordenados de homens e mulheres, e em 1958, a Igreja do Evangelho Quadrangular ordenava suas primeiras ministras (ROHDEN, 1997).

Quanto à definição de "ministério ordenado" Sampaio diz:

De um modo geral é possível conceber que a despeito das diferenças entre as várias Igrejas a 'função específica do ministério ordenado é a de congregar e construir o Corpo de Cristo, pela proclamação e ensino da Palavra de Deus, pela celebração dos sacramentos, e pela direção da vida da comunidade na sua liturgia, missão e diaconia (SAMPAIO, 1989, p.212).

De acordo com que apresenta Rohden (1997), em uma entrevista com uma das primeiras pastoras ordenadas no Brasil, a afirmação do pastorado feminino foi um processo iniciado na própria faculdade de teologia, a partir da organização das estudantes, que passaram a lutar por um lugar político de reconhecimento do seu ministério. Além disso, dentro de um quadro de pouca mobilização política, ainda na época da ditadura e de professores vindos da tradição neoliberal americana (sem contato com a Teologia da Libertação da América Latina), em sua maioria despreparados para formar mulheres pastoras, um pastorado feminino que privilegiasse o trabalho com comunidades, incluindo atenção e conscientização da "mulher pobre", teve que ser conquistado aos poucos a partir da luta de um grupo organizado e disposto a resistir a todo tipo de pressões:

“A gente começou a produzir uma reflexão para nos afirmar como pastora, porque a Igreja não nos aceitava. A gente tinha que enfrentar a negação dos bispos, dos pastores e das Igrejas. Então tinham várias pressões, desde os alunos acharem que a gente estava lá só para casar. Isso também tem uma certa história, de outros processos de formação de mulheres, que viravam só casamento de uma esposa qualificada, para o pastor. E tinha de tudo: tinha professor dizendo que a gente não tinha mercado de trabalho, que a Igreja não ia aceitar a gente, que então era melhor criar uma especialização para a gente no curso. E nas primeiras turmas a gente era muito organizada, no sentido de reagir. O que a gente queria era ser pastora, queria ser pastora de Igreja local. E aí, eu pelo menos, e outras, a gente se recusou a estudar outra coisa. A gente se recusou a namorar. A gente se recusava a tudo que pudesse ser tomado como se a gente não tivesse interessada no pastorado. (...) Eu acho importante, pelo menos na minha experiência, resgatar esse momento de produção de teologia, onde a gente se pretendia tomar como tema e elaborar alguma coisa de produção teológica que definisse o tipo de ministério que a gente queria, porque o que a gente queria era definir um tipo de ministério pastoral, que tinha certos cortes: que fosse ecumênico, que fosse de pastoral popular, e que tivesse essa marca do apoio às mulheres.”

Segundo Rohden (1997), depois da primeira fase da afirmação do pastorado feminino, as teólogas protestantes passaram a construir junto com as católicas uma teologia baseada no diálogo ecumênico, a partir dos encontros teológicos nacionais e latinos americanos e informados pelo contato com o feminismo. É interessante notar que a aproximação das teólogas protestantes com o Movimento Feminista se dá em um grau de intensidade muito maior e aparentemente menos conflituoso do que as católicas. Isso acontece por uma série de fatores, a começar pela relação histórica do protestantismo com os movimentos liberais:

“Tem as questões mais históricas da relação da Igreja com o movimento feminista. Eu também não sei muito bem como é que é isso. Vão se herdando as disputas sem se ter participado delas. Mas eu acho que isso é mais sério para Igreja Católica e o movimento feminista. Até porque o movimento feminista, as feministas na sua maioria foram de tradição católica. Romperam com a sua Igreja. No protestantismo não, as protestantes enquanto produtoras de teologia não têm muita dificuldade de se identificar com os movimentos mais modernos. Isso está na tradição do protestantismo. E se liga com a tradição americana, que é toda tradição protestante.”

Diante do que expõe Rohden (1997), outro fator importante na aproximação com o Feminismo é o próprio pastorado. O fato das teólogas protestantes terem a possibilidade de dirigir uma comunidade, em termos "administrativos", ou mais ainda em termos "espirituais", as coloca em uma situação muito diferente das teólogas católicas. Não que elas estejam livres de preconceitos e desigualdades de gênero, mas é inegável que o fato de terem acesso ao "sagrado", de estarem do outro lado, não mais do lado dos leigos é fundamental. Várias reflexões de teólogas brasileiras e estrangeiras insistem que um fator preponderante nas desigualdades, principalmente em termos de poder de decisão na Igreja, é a história da negação do acesso da mulher ao "sagrado" em toda a tradição cristã oficial. Portanto, a ordenação é um salto qualitativo sem precedentes. A formação hoje mais interdisciplinar nas faculdades protestantes garante um contato maior com os "estudos de gênero", abrindo novas perspectivas teóricas de reivindicação por igualdade e práticas de atuação nas comunidades. Essa abertura leva a uma aproximação com a literatura sobre o Movimento Feminista e viabiliza o contato com as militantes. Como resultado, temos uma teologia que assume mais as posturas feministas e que incorpora os conceitos dos "estudos de gênero":

“Porque a teologia feminista é mais que discursos, é troca dos olhares, dos sussurros, dos cheiros, dos gostos. É uma fala que se ergue do corpo agarrado na defesa da vida e que experimenta a presença de Deus e reinventa a palavra dita sobre o sagrado, e... faz teologia. Uma teologia que é coragem de pronunciar a crítica ao sistema patriarcal e é também a atitude de recolher as cenas da realidade e lhes dar dignidade histórica. (...) Essa teologia afirma a dignidade da vida para todos. Se ocupam das questões da existência e da

compreensão do sentido da vida. E também envolvesse com a desconstrução e construção do discurso sobre Deus. Assim, a teologia se organiza como uma das falas do corpo e, como tal, assume sua dimensão e proporção, complexo e infinito. Esta fala do corpo, não sobre e nem para o corpo, requer a contextualização, a referência à sua situação de classe, de gênero, e de raça. Isto posto, a ruptura com as verdades absolutas, perenes, imutáveis passa a ser princípio e metodologia de trabalho. Teologia em seu método abriga a possibilidade de articulação das pessoas e de seus desejos, anseios, sonhos, vazios na busca do mistério e do encontro com o que os transcende. (...) A proposta hermenêutica feminista assume o desafio de deixar de procurar o específico da mulher, a contribuição da mulher ou do feminino, e busca o grupo social mulher em suas diferentes expressões de relações sociais. Não se pretende dar destaque à mulher ou às mulheres envolvidas nos acontecimentos para garantir a legitimidade da voz das mulheres para falar com Deus. Constatar sua presença e afirmá-la, isto sim, é um resgate necessário. Visibilizar as mulheres e suas atuações significa perguntar pela realidade estrutural e pelas relações de poder da sociedade que se compõem de atuações distintas quanto aos grupos sociais homens e mulheres.”

É possível perceber que para as teólogas protestantes há até uma recusa em falar de algum tipo de singularidade que possa dar preeminência às mulheres ou servir como justificativa lógica para as lutas dentro das Igrejas. O que transparece é uma distinção entre opções por um feminismo mais preocupado com a diferença e por outro que enfatiza mais a luta pela igualdade (ROHDEN, 1997).

#### **4. FEMINISMO ENTRE AS MULHERES: O QUE AS LÍDERES EVANGÉLICAS PENSAM SOBRE O FEMINISMO?**

Nesta seção apresentam-se, primeiramente, os aspectos metodológicos do trabalho, e mais adiante, a descrição do que pensam as líderes evangélicas sobre o feminismo.

##### **4.1.Aspectos Metodológicos do Estudo**

Em relação ao tipo de pesquisa utilizada neste trabalho foi de cunho bibliográfico que é pode ser definida como o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, dentre outros materiais acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária, além de fonte de primeira ou de segunda mão.

Conforme entendimento de Oliveira (1997, p.118):

Para aqueles que se submetem a pesquisar há a necessidade de utilizar de uma série de conhecimentos teóricos e práticos além da capacidade de manipular as técnicas, conhecer os métodos e outros procedimentos, com o objetivo de alcançar resultados para as questões e perguntas formuladas. A pesquisa significa planejar cuidadosamente uma investigação de acordo com as normas Metodológica Científica, tanto em termos de forma como de conteúdo.

##### **4.2.Perfil das Líderes Evangélicas**

Francine Veríssimo Walsh é escritora e líder do ministério Graça em Flor. O ministério Graça em Flor é um ministério voltado para mulheres que desejam aprender sobre as responsabilidades da mulher na vida cristã. O ministério serve para unir essas mulheres e ajudá-las a descobrir o que Deus espera delas, e como podem viver essa forma de vida. As líderes do ministério querem ver as mulheres da Igreja de Cristo florescendo juntas no conhecimento da Palavra e fazendo Deus conhecido no Brasil. O ministério acredita no discipulado como parte vital da caminhada cristã. Elas creem que o Corpo de Cristo precisa de fato, se enxergar como um só, com seus membros amando uns aos outros de forma intencional como família (WALSH, 2017).

Helena Tannure é conferencista e escritora. Tem atuado dentro e fora do ministrando a diferentes públicos sobre suas experiências com intercessão, arte, adoração, caráter cristão e família. Converteu-se ao Evangelho em 1983 e, seis anos mais tarde, tornou-se membro da

Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte/MG. Atuou por 13 anos como Backing Vocal do grupo Diante do Trono onde, juntamente com seu esposo, participou da criação do “*Ministério Crianças Diante do Trono*”. Foi professora do CTMDT – Centro de Treinamento Ministerial Diante do Trono – ensinando as disciplinas “O Coração do Artista” e “Arte na Adoração” (TANNURE, 2016).

Carolyn McCulley É autora, palestrante e cineasta. Ela já escreveu para várias publicações, incluindo The Washington Post e Christianity Today, e ministérios como The Gospel Coalition, Desiring God, True Woman e outros. Ex-Feminista, lançou o livro *Feminilidade Radical*. O livro aborda o tema da feminilidade bíblica em oposição ao feminismo. A autora explica sua transição de uma feminista secular de 30 anos de idade, grandemente influenciada pelas expectativas da cultura moderna para as mulheres, para uma jovem cristã buscando entender a Bíblia em seus ensinamentos sobre feminilidade, sexualidade, matrimônio, família e filhos. Ela reconhece que hoje uma geração mais jovem de mulheres cristãs anseia por ouvir os grandes ensinamentos da Bíblia sobre o igual valor entre homens e mulheres, e sobre a beleza das diferenças planejadas e criadas por Deus (MCCULLEY, 2018).

Ana Caroline Campagnolo nasceu em Itajaí em 26 de novembro de 1990. É uma política, professora e historiadora brasileira. Em 2018 foi eleita Deputada Estadual de Santa Catarina. Graduada pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Autora do livro “*Feminismo, Perversão e Subversão*”. É de família conservadora e religiosa, mas que nunca se opôs a estudar ideologias que não são suas. Campagnolo é Cristã protestante e participou de eventos antifeministas. Ela não se declara antifeminista e afirma que apenas não é feminista. É apoiadora do movimento Escola sem Partido (KONCHINSKI, 2019).

### **4.3. Pensamento das Líderes Evangélicas sobre Feminismo**

Conforme dados do primeiro capítulo, ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas inofismáveis. Diante disso, podemos compreender o movimento feminista como um movimento que procurou contestar à ideia de que o fator biológico feminino tornaria a mulher um ser inferior, as militantes queriam discutir e quebrar paradigmas preconceituosos (FILHO, 2011; MAGALHAES, 2011, p. 69).

As conquistas feministas aos poucos têm reduzido as desigualdades entre os sexos, produzindo mudanças significativas na vida das mulheres, exigindo assim, novos paradigmas. Na concepção da escritora Carolyn Mcculley, ela traz em seu livro “Feminilidade Radical” uma perspectiva cristã do feminismo. Tendo sido feminista antes de se tornar cristã, ela possui um entendimento melhor de como surgem as ideias sobre as lutas feministas, porém, os debates entre cristãos e feministas tendem a um debate acirrado.

Em uma entrevista cedida ao blog Graça em Flor, Carolyn Mcculley explica como os cristãos podem falar sobre feminismo de uma forma benéfica:

“Eu acho que o que é mais importante para os cristãos entenderem é que as pessoas que pensam diferente de nós não são nossos inimigos. Efésios 6:12 deixa muito claro que a verdadeira oposição é espiritual. Existem pessoas que creem nessa ideologia porque testemunharam o abuso real e o *sexismo* real que as mulheres frequentemente sofrem. As soluções que eles apresentam são diferentes daquilo que as Escrituras apresentam, e por isso eu quis escrever esse livro.

Tendo dito isso, dez anos depois [da publicação do livro original], há coisas que eu revisaria nesse livro – não em questões essenciais, mas na ênfase ou nas ilustrações. Eu fico feliz de ter incluído um apêndice sobre abuso na edição original, mas à luz do movimento #MeToo\* [“Eu também”] nos Estados Unidos, eu agora incluiria muito mais material sobre abuso e como responder a ele e preveni-lo. Eu também escreveria mais sobre o que significa ser uma Abigail pós-moderna que é proativa em sua resposta ao pecado. Tudo sobre ser uma mulher que segue a Cristo requer grande força de caráter e eu não quero que ninguém entenda isso mal.

Mas, voltando ao problema do feminismo, eu percebo que é um termo muito amplo e um movimento global, que tem tantas vertentes que quando alguém me pergunta minha posição eu gosto de tomar tempo para entender qual a definição de quem está perguntando. Eu falei com muitas mulheres jovens que defendem feminismo como simplesmente a igualdade entre homens e mulheres. E se essa é a sua única definição para feminismo, então sim, nós concordamos! E a Bíblia também concorda. A Bíblia deixa muito claro que o homem e a mulher são igualmente feitos à imagem de Deus. Igualmente precisamos de um Salvador. E quando nós nos arrependemos e confiamos em Jesus e em seu dom da salvação, nós somos co-herdeiros em Cristo.

O que eu aprendo frequentemente, entretanto, sobre aqueles que estão fazendo essas perguntas, é que eles veem a Igreja tratando as mulheres como “cidadãs de segunda-classe” ao limitar sua liberdade e contribuições. Infelizmente, esse é um problema real. Jesus encontrou a mesma atitude em seus dias e Ele desafiou aquelas limitações culturais sobre as mulheres ao se relacionar com elas diretamente – revelando a elas sua identidade, as elogiando por sua fé, acatando seus pedidos, e dando a elas poder com o Seu Espírito para avançar o Reino. Então é importante que quando nós quisermos falar sobre essas questões do feminismo que saibamos como Jesus interagiu com mulheres – porque é o modelo dEle que queremos imitar. Finalmente, como discípulos de Jesus, nós deveríamos ser capazes de ver nas Escrituras que ninguém nunca foi convencido por um debate acirrado. Eu acho que o

mandamento de amar uns aos outros de João 13:35 é o melhor caminho a seguir” (MCCULLEY, 2018).

Para Carolyn Mcculley seria interessante os cristãos entenderem que, pessoas que pensam diferente não são pessoas inimigas, mas, apenas pessoas que acreditam nessa ideologia, sendo que o feminismo é um termo muito amplo e em movimento global, na qual possui outras vertentes. “Gosto de tomar tempo para entender qual a definição de quem está perguntando” (MCCULLEY, 2018).

A Deputada Estadual e Cristã Protestante, Ana Caroline Campagnolo (PSL- SC), em uma entrevista cedida ao jornalista Vinicius Konchinski do Site UOL Notícias em fevereiro deste ano, foi questionada sobre ser antifeminista.

“Não sou antifeminista. “Só não sou feminista” Quem não é cristão, é anticristão? Não. O problema é que o feminismo se tornou tão hegemônico na mídia e nas universidades que você não pode não ser. Você é obrigado a ser. Só porque eu sou mulher, eu sou obrigada a ser feminista?” (CAMPAGNOLO, 2019).

Mesmo a deputada afirmando não ser feminista, ela se manifesta interessada no tema, tanto que lançou um livro sobre o assunto. O Jornalista faz uma série de perguntas relacionado ao tema, tais como: Quando passou a se interessar sobre o tema feminismo; Porque ela considera a revolução feminista de “obscura”; Para evitar casos de violência contra a mulher, o Brasil não precisa de feminismo?; Sobre a disparidade entre homens e mulheres, as ações feministas não reduziria essa disparidade? Sobre essas questões, Campagnolo expõe seu ponto de vista. O entrevistador Konchinski, (2009) perguntou para Campagnolo, Quando passou a se interessar sobre o tema feminismo? A mesma respondeu que:

Em 2012 quando comecei a estudar sobre aborto, movimento feminino e direito ao voto. Foi este o tema do meu projeto de mestrado. Meu interesse no feminismo, a princípio, era isento. Eu não sabia o suficiente sobre, para me posicionar a favor ou contra. Aí me propus a estudar (CAMPAGNOLO, 2019).

O entrevistador Konchinski, (2009) diz a Campagnolo: A senhora está lançando um livro sobre o tema Feminismo. Quando começou a estudar sobre o assunto? Ela responde:

Quando eu comecei a estudar o movimento, a primeira definição que eu encontrei foi a que defendia os direitos civis das mulheres. Direitos iguais, direito ao trabalho, direito ao voto, enfim, o reconhecimento desses direitos. Ou seja, na primeira impressão, eu não tinha nada contra isso (CAMPAGNOLO, 2019).



Konchinski, (2009), fala a Campagnolo: O que te levou a não ser feminista? Ela responde:

Eu me voltei contra o movimento feminista quando eu descobri que essas bandeiras de reconhecimento de direitos são falsas. São uma maquiagem de algo muito mais obscuro que recebe o nome de revolução sexual, que é a transformação dos comportamentos, da relação e da diferenciação entre homem e mulher (CAMPAGNOLO, 2019).

Konchinski, (2009) pergunta a Campagnolo: Por que a senhora chama essa revolução de "obscura"? Ela diz:

Primeiro, porque ela ignora tendências naturais que diferenciam homens e mulheres. Segundo, ela despreza grande parte da comunidade científica. Qualquer pesquisa científica ou livro que vá contra os interesses das feministas é boicotado por elas. O movimento de revolução sexual é um movimento autoritário, totalitário, antidemocrático, e antinatural. Ele nega a natureza masculina e feminina. Se os corpos de um homem e de uma mulher se diferem, tudo que está preso a ele, a alma, o espírito, as impressões, as preferências, também diferem. Eu não concordo com a revolução sexual porque ela consiste em aproximar tanto os dois sexos a pontos de transformá-los indiscerníveis. Não tem como concordar com isso, porque para mim isso é um projeto social que não corresponde com a realidade (CAMPAGNOLO, 2019).

Quando o entrevistador Konchinski, (2019) pergunta sobre a violência contra mulher, e sugere que para evitar casos como este, o Brasil não precisa de feminismo? A deputada responde:

Claro que não! Quem combate a violência contra a mulher? Todo mundo. Quem defende isso? Só o cara que violenta. A Igreja Católica combate, a evangélica, o vizinho. E por que o feminismo é o baluarte da defesa da mulher contra a violência? Não é verdade. Quem nos ensinou a combater a violência não foram as feministas. O que as feministas fazem é alardear o problema. Inclusive, você tem no movimento feminista muitas pesquisas falsas, muito sofisma, muita falácia. O movimento feminista diz que tudo é estupro. Um assédio é um estupro, uma passada de mão é estupro. Tudo é um absurdo, tudo é machismo. Se muitas mulheres começarem a fazer falsas acusações de estupro, quando a Mariazinha for verdadeiramente estuprada, ela não vai receber auxílio. Na minha opinião, o movimento feminista não ajuda como diz ajudar, e prejudica ao criar um pânico sobre casos que inexistem (CAMPAGNOLO, 2019).

O entrevistador Konchinski(2019) pergunta se a disparidade de gênero na Assembleia Legislativa de Santa Catarina pode ser reduzida com ações feministas? A deputada responde:

“[...] A disparidade na Alesc não é um problema porque a representação política não se dá pelo sexo, nem raça, orientação sexual, gênero, etc. Ela se

dá por ideias. Eu me sinto absolutamente representada por meus cinco colegas homens do PSL e em nada representada pelas deputadas mulheres que compõem a bancada da mulher” (CAMPAGNOLO, 2019).

Para Campagnolo(2019) o movimento feminista não possui influência para mudança. O movimento feminista se tornou hegemônico nas mídias e nas universidades, que só em ser mulher, deveria ser feminista. Outro fator controverso do movimento feminismo é a luta por reconhecimento de direitos, onde busca apenas seus interesses, a real intenção é fazer uma revolução sexual, e essa revolução aproxima de tal forma os dois sexos, que transforma-os a ponto de deixá-los indiscerníveis. Quando se luta por igualdade, as feministas tendem a querer sobressair-se aos homens, e elas acabam oprimindo da mesma forma que elas julgam ser oprimidas, e ainda incentivam as mulheres a tomar uma posição contrária a da família e quando isso acontece o feminismo deixa de ser bom, e passa a serem desfavoráveis às mulheres do meio cristão.

O posicionamento da mulher sobre a figura feminina, as vezes pode passar pelo papel de coadjuvante ou figurante da sua própria história. A ela, é imposto o dever de ser delicada, submissa, prendada e compreensiva. Diante desses adjetivos, muitos homens acreditam que a mulher é sua propriedade. Assim, eles agem por meio de subjugar, explorar e transformar essa relação de (gênero, afetivas e sociais) através de dispositivos de poder e de submissão (COSTA, 2000). Conforme um vídeo publicado no canal do ministério Graça em Flor, Walsh (2017) fala sobre uma série de perguntas que envolve o feminismo no meio cristão: Pode uma mulher cristã ser feminista? No que o Feminismo e o Cristianismo divergem e onde convergem? Como os cristãos devem tratar as feministas?

Walsh, Francine (2017), expõe seu pensamento sobre essas questões:

“[...] quando uma mulher cristã se diz que é feminista, automaticamente ela esta dizendo que acredita na necessidade de proteção da mulher contra a opressão, ela acredita no respeito e na individualidade da mulher, e que acredita no valor intrínseco da mulher como ser humano, e na necessidade de reconhecimento desse valor, as quais são todas essas primícias válidas no cristianismo e que essas ideias convergem com o cristianismo.

[...] Mulheres contemporâneas devemos muito a declaração de sentimentos, porque elas conseguiram mudar muita coisa no sentido de como a sociedade viam as mulheres, ganhando para si o direito na educação, na igualdade e inclusive no direito de voto.

[...] Jesus defendeu uma mulher de sua época de ser apedrejada pelo castigo de ser uma prostituta. Defendeu a mulher adúltera do poço enquanto ela era totalmente rejeitada pela sociedade. Quando Jesus teve mulheres que caminharam com ele, quando ele teve seu ministério terreno.

[...] Apostolo Paulo em suas cartas dizia: “Em cristo não existe mais grego ou judeu, não existe mais escravo nem livre, não existe mais homem ou mulher, nós somos todos iguais perante o senhor em cristo. Deus se coloca contrário ao abuso e manda que seus filhos defenda os oprimidos.

[...] pessoas que se intitulam cristãos feministas, se eles forem cristãos sérios, podem abandonar todas essas primícias do feminismo, pois sendo cristãos sérios, passam a cumprir todas as vertentes do feminismo que se convergem com o cristianismo, mas da mesma forma que possui convergência, possui divergência. Pontos como aborto, a submissão feminina, a inversão de papéis e o apoio a homossexualidade, esses são pontos fortes de divergência do cristianismo e feminismo. Mas esses pontos são ramos vem de um problema central, uma raiz. O grande ponto em que o feminismo se diverge do cristianismo, é que o feminismo acredita que o problema da mulher é o homem, e que a opressão sofrida pela mulher vem por causa do machismo. O cristianismo diz que o problema do homem e da mulher é o mesmo, o pecado. O cristianismo resolve esse problema “homem e mulher” colocando os dois igualmente na presença de deus, buscando a salvação de si mesmo. O cristianismo diz que se os dois olharem pra Jesus todo o problema se resolve, pois logo, eles entendem os princípios e passa a cumpri-los. Assim, todos passam ao patamar de igualdade, pois cumpri os mandamentos de proteção que deus ordenou. Nesse caso o cristianismo não precisa do feminismo, porque aqui todos entenderam o seu papel.

[...] a forma como os cristãos trata o feminismo não é de forma saudável. Ignoram que mulheres cristãs que resolvem levantar a bandeira do feminismo os fazem por motivos validos. Eu tenho uma amiga feminista e cristã, e nós discutimos muito e debatemos muito, e no final de todas as conversas nosso amor permanece o mesmo. Essa minha amiga foi conquistada pelo feminismo porque ela sofreu um abuso na infancia e trabalha voluntariamente com mulheres que sofreram abusos de homens, ela convive diariamente com mulheres que são oprimidas e ela vê o quanto os homem podem de fato oprimir as mulheres, ela nesse caso, por ver esse problema ela corre para o feminismo como forma de resposta. Entendamos que o feminismo não é forma de resposta, mas sim, Jesus. Porem não é batendo na cabeça dela com uma bíblia que ela entendera isso, essa não é a forma mais cristã, carinhosa e amorosa de lidar com ela. É necessário encontrar um equilíbrio, uma forma respeitosa. Não quero que essas mulheres e homens escutem a verdade de cristo em meio aos meus gritos de ódio. Existem cristas que tiveram grandes exemplos de homens que tratam bem as mulheres, mas existem as que não tiveram a mesma oportunidade de conhecer homens assim, mas simplesmente agressor e que tem dificuldade de assimilar essas questões enquanto cristas. É nessa hora que devemos ser humildes e entende-las e amparar e ensinar em amor. O feminismo deve ser tratado como uma vertente de saída para muitas mulheres, e devemos saber tratá-las encontrando um equilíbrio e aceita-las e ter um relacionamento real com elas.

Segundo Walsh (2017), o movimento feminista surgiu porque algum problema existiu, e o movimento veio como forma de resposta a esse problema, sendo o caso da opressão e do abuso contra as mulheres. A sociedade não pode tirar a legalidade do feminismo, já que existi um “porque”, uma razão de existir. O cristianismo não pode simplesmente ignorar essa razão.

A luta naquela época também era pela reforma no cristianismo, pois consideravam que o cristianismo pregado oprimia demais as mulheres, e que não era o verdadeiro cristianismo, mas sim, uma distorção da bíblia que os homens usavam para justificar o abuso contra o feminismo.

A conferencista Helena Tannure, ministrou num congresso de casais onde ela abordou o tema sobre feminismo. Tannure (2018) expõe em sua ministração sua concepção sobre o movimento feminista. A palestrante afirma que não há problema no feminismo, porém, após a segunda onda do feminismo as mulheres começaram a romper com o padrão de família. Para ela, as mulheres naquela época enxergavam sua liberdade através do trabalho, pois viam uma oportunidade de ser livre das regras impostas pela sociedade trabalhando, sendo sustentada através do próprio emprego. As mulheres poderiam conquistar sua independência do casamento.

Na visão da líder do ministério de mulheres, não que seja errado o movimento feminista, a questão se torna errada quando a mulher quer competir com o homem fazendo disso a regra dos sexos. Para ela é louvável a luta feminista e as conquistas que elas conseguiram, mas quando as mulheres começaram a tomar outra posição, uma posição contrária a da família, posição a qual sentiam que não precisavam mais cumprir com o seu papel no seio familiar, em casa, deixando de lado os filhos e as honras do seu casamento, indo contra os princípios bíblicos, a partir daquele momento o movimento feminista passa de ser bom, para se tornar um movimento desfavorável no meio das mulheres cristãs (TANNURE, 2018).

Tannure expõe seu pensamento sobre as feministas. Ela diz:

“[...] O movimento feminista não representa só as mulheres cristãs, o movimento não representa as mulheres como um todo. Eu não acredito num movimento que diz combater o feminicídio e que mata a feminilidade. Se quer combater o feminicídio, deve começar cuidando do seu filho em casa ensinando que homem não bate em mulher. Não acredito em um movimento que luta pelo respeito da mulher e pinta o corpo de vadia e vai nua pra avenida lutar pelo respeito. Não acredito num movimento que desmistifica o conceito de família, e motiva a mulher a ter vários parceiros, passando de cama em cama, enquanto a alma fica vazia. É um movimento que deturpa o papel feminino onde a mulher foi desenhada para ser cuidadora, e tira esse papel de muitas. O feminismo ajudou as mulheres alcançar tanto espaço social, a alcançar altos cargos e quanto mais sucesso na carreira, maior o insucesso familiar, raríssimas são as exceções” (TANNURE, 2018).

De acordo com que apresenta Tannure (2018), com a segunda onda do feminismo veio à revolução sexual, a luta pelo aborto (pois se eu trabalho e me sustento, eu me torno dona do

meu corpo, assim defendendo o aborto), pois ter filhos atrapalharia a mulher de trabalhar fora; A luta pelo divórcio, pois não precisa se estar num casamento fracassado, assim motivando as mulheres de terem múltiplos parceiros. Outra influência foi o cinema que motivou as mulheres pela busca da juventude. As mulheres antes da Segunda onda do feminismo, envelheciam, cuidavam dos maridos e dos filhos. Nesse tempo aparecia na tela dos cinemas atriz Marilyn Monroe que era sinônimo de sensualidade e assim, começou a exercer o poder sobre os homens.

Quando a líder do ministério de mulheres se remete à terceira onda, ela diz que as mulheres começaram a pensar o feminismo não apenas a partir da mulher branca de classe média alta, mas também, começaram a discutir as questões étnicas, culturais e sociais. Para ela, o que contribuiu realmente para a revolução da mulher foi a segunda onda do feminismo, que proporcionou a mulher a não fazer seu papel de família, e contribuiu para os dias de hoje no meio da família a confluência de papéis, a qual fez com que homens se acovardassem e não fizessem seu papel de homem no seio familiar. No pensamento do homem os papéis ficaram invertidos: a mulher faz tudo, paga as contas e oferecer o prazer masculino de graça. As mulheres da geração da Segunda Onda passaram a influenciar as meninas dessa nova geração, tanto que nos dias de hoje se vê o reflexo na sociedade; homens que não assumem seu papel de provedor, e se esquivam de suas responsabilidades causando assim uma inversão de seus papéis (TANNURE, 2018).

A partir da teoria liberal podemos tirar duas ideias centrais, sendo a primeira a igual dignidade entre os seres humanos e a segunda, o poder de escolha humana, julgando como habilidade de planejar sua própria vida. O liberalismo tem como finalidade o bem comum e universal, sem privilégios de uns sobre outros. Esse bem-comum jamais poderia perder de vista que o fim último da política que é o bem-estar dos indivíduos. A política liberal estaria comprometida com a tolerância e com a diversidade, no sentido de que não poderia se voltar a uma forma particular de bem, fosse ela religiosa ou laica (CYFER, 2010, p. 140). Sendo assim, quando perguntamos o que as Líderes evangélicas pensam sobre a igualdade, todas concordam que devem existir a igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas, e nesse ponto elas concordam com o movimento feminista, reconhecendo que o movimento contribuiu muito para os direitos de igualdade das mulheres, tirando o jugo das mulheres subjugadas e as elevando ao nível maior de posicionamento social.

Para Stuart Mill(1970), Okin(1989) e Rawls(1971), os três autores confirmam a necessidade da igualdade de gênero, de justiça e liberdade. Os autores convergem entre si à importância sobre o movimento feminista como forma de libertação feminina. Quando

relacionamos o pensamento liberal ao pensamento das líderes evangélicas, percebemos que a teoria liberal tem um papel principal no comportamento dessas mulheres líderes, as quais perceberam características inconscientes através das atitudes e de suas manifestações. Assim, quando examinamos qual o pensamento das mulheres líderes pentecostais sobre o feminismo, percebemos que uma divisão entre as líderes. Ao tempo que elas reconhecem o movimento feminista como benéfico à sociedade, elas se deparam com os princípios bíblicos. Neste caso, o que elas enfatizam é o comportamento das feministas. Se o movimento feminista não for contra os princípios bíblicos é possível juntar esses dois movimentos, porém, se houver uma contradição da Palavra, já não existe possibilidade dessa união.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a pesquisa sobre o feminismo no meio evangélico justificando-se pelo pouco número de trabalhos na área, inicialmente o objetivo foi descobrir o que pensam as líderes evangélicas sobre o feminismo. Investigando o pensamento e posicionamento das líderes chegou-se a conclusão que existe um espelho nos movimentos feministas as quais influenciaram ou influencia as líderes evangélicas a buscarem sua liberdade no meio social e ministerial nas suas comunidades cristãs.

A hipótese levantada era que as líderes evangélicas das igrejas pentecostais no Brasil se inspiraram no movimento feminista para lutar pela igualdade nos papéis de liderança perante a sociedade e nas comunidades. Porém, percebemos que existiu uma influência do movimento feminista sobre as evangélicas, mas não foi o motivo principal. Foram descobertos outros motivos que proporcionaram o crescimento das mulheres evangélicas no campo da liderança, como é o caso da violência doméstica, abuso contra mulher, as reivindicações por liberdade e igualdade das mulheres cristãs em suas comunidades.

O objetivo geral deste estudo era identificar o que pensamento das evangélicas sobre o feminismo e as implicações do feminismo sobre as mulheres cristãs. A hipótese levantada foi confirmada de duas maneiras, a primeira quando indentificamos que mulheres cristãs assumem o feminismo como forma de refúgio e apoio ao sofrimento que viveram, seja este no sentido da violencia ou opressão. E na segunda quando as cristãs por meio da teoria liberal, adotaram essa ideologia como forma de luta pela igualdade entre homens e mulheres no meio cristão e adotaram para sí discursos sobre o feminismo. Mesmo quando algumas lideranças se posicionam contra o feminismo por causa dos princípios bíblicos, o feminismo é notado apartir de seu comportamento quando elas defendem a emancipação do papel feminino, assumindo discursos feministas que até então é algo inconsciente.

A utilização das bibliografias e a forma de metodologia foram suficientes para a construção desta pesquisa. A utilização da análise do pensamento dessas líderes dá-se uma perspectiva ampla do pensamento geral das mulheres que as seguem, isso porque, sendo os ministérios nacionais, não existe uma denominação as quais elas pertencem, proporcionando assim a abrangência nacional a qual foi o intuito proposto desde o começo deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A.; OLIVEIRA, R. Genero, políticas públicas, sustentabilidade, feminismo, sexualidade. **Revista Eletrônica Acadêmica** / Faculdades Integradas Simonsem. v. 6, n. 6, 2017.
- ALVES, A.C. F.; ALVES, A. K. S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, v. 4, p. 113-121, 2013.
- ARAÚJO, L. C. R.; SILVA, M. G. C. Missionárias Esposas de Pastores: a invisibilidade do ministério feminino na Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil. **Revista Ártemis**, v. 14, n. 1, 2012, p. 87-97.
- ARTIGAS, Luiz. História do Pensamento Cristão: a reforma protestante. **Curitiba: Impr. Universitária**, 1978.
- BASTIDE, Roger. **O sagrado selvagem: e outros ensaios**. Editora Companhia das Letras, 2006.
- BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo–Volume II. Santo André-SP, editora Nova fronteira, 2008.
- BETTENCOURT, Estêvão Tavares. **Crenças, religiões, igrejas e seitas: quem são?** Santo André – SP, editora Mensageiro de Santo Antônio, 1995.
- BIROLI, F. Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. **Revista Sociologia Política**, vol.18, n.36, pp.51-65., 2010.
- BRAKEMEIER, G. A Autocompreensão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana No Brasil (IECLB) em Confronto Com o Pluralismo Social e Religioso. **Teocomunicação**, v. 41, n. 1, 2011.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantismo histórico e pentecostalismo no Brasil: aproximações e conflitos. **Na força do espírito: o pentecostalismo na América Latina: um desafio às igrejas históricas**. SP: Associação Literária Pendão Real, p. 105, 1996.
- CORTEN, André; ECHALAR, Mariana Nunel Ribeiro. **Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil**. Vozes, 1996.
- CYFER, I. Liberalism and feminism: gender equality in Carole Pateman and Martha Nussbaum. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 135-146, 2010.
- DA SILVA, E. As mulheres protestantes: educação e sociabilidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 7, n. 21, p. 161-190, 2015.
- DAS RELIGIÕES, Novo Mapa. Coordenação Marcelo Côrtes Neri. **Rio de Janeiro: FGV**, 2011.



- DUARTE, A.R. F. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 287-293, 2006.
- FRIEDAN, B. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GEBARA, I. A dimensão feminina na luta dos pobres. *R.E.B.*, vol.45, fase. 178, p.245-255, 1985.
- LE GOFF, J. Uma longa Idade Média explicada a meus filhos. **Rio de Janeiro: Agir**, 2008.
- LUTERO, Martinho. Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. **Obras Seleccionadas**, v. 4, 1995.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.
- MARQUES, A. M.; BERUTTI, F.C; FARIA, R. S. **História Moderna Através de Textos**. Editora Contexto, 2005.
- MASSOTTI, R. A. Os Valores Protestantes Como Base Educativa Na Série Braga. **Revista Mackenzie de Educação, Arte e História da Cultura**, vol. 5, n. 5, 2006.
- MENDONÇA, A. G. Um caso de religião e cultura. **Revista USP**, vol.13, n.74, p. 160-173, 2007.
- MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. Edições Loyola, 1990.
- MILL, S. The Subjection of Women. *In*: ROSSI, A. (Ed.). **Essays on Sex Equality**. Chicago: University of Chicago. 1970.
- MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. **História da vida privada no Brasil**, v. 4, p. 63-171, 1998.
- OKIN, S. **Justice, Gender, and the Family**. Chicago: University of Chicago. 1989.
- OLIVEIRA, M. A. S. Sujeição, costume e sentimento como manutenção da servidão feminina. Stuart Mill e A Sujeição das Mulheres. **Sapere Aude**, v. 4, n. 7, p. 494-500, 2013.
- PASSOS, M; ZORZIN, P. L. G.; ROCHA, D. O que (não) dizem os números-para além das estatísticas sobre o " Novo Mapa das Religiões Brasileiro". **Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 9, n. 23, p. 690-714, 2011.
- PATEMAN, C. **The Disorder of Women**. Stanford: Stanford University. 1989.
- PINTO, C. R. J. Feminism, history and power. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- RAWLS, J. A ideia de elementos constitucionais essenciais. **J. Rawls, Liberalismo Político, tradução: Dinah de Abreu Azevedo, São Paulo, SP: Atica**, 2000.

ROHDEN, F. Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente. **Cadernos Pagu**, n. 8/9, p. 51-97, 1997.

SAGRADA, Bíblia. tradução de João Ferreira de Almeida. **São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil**, v. 2, 1969.

SILVA, E. O. As filhas de Eva: religião e relações de gênero na justiça medieval portuguesa. **Estudos Feministas**, vol.19, n.1, p. 35-51, 2011.

MCCULLEY, Carolyn. Feminilidade Radial. [Entrevista cedida a] Francine Walsh.  
<https://gracaemflor.com/entrevista-com-autora-carolyn-mcculley/2018/01/19>.

CAMPAGNOLO, Ana. “O Feminismo é uma ameaça à civilização ocidental”.  
[Entrevista cedida a] Vinicius Konchinski.  
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2019/02/17/caroline-campagnolo-o-feminismo-e-uma-ameaca-a-civilizacao-ocidental>.

Conversando com as moças, Feminismo. **Graça em Flor**. Youtube. 24 de julho de 2017.  
14min55s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YCIE3b65kWI>. Acesso em 14 de junho de 2019.

Tannure, Helena. **As ondas do Feminismo**. Youtube. 18 de julho de 2018. 25min15s.  
Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=h-szNe70kdU>. Acessado em 14.06.2019.